

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 27 de abril de 2026**

Aos **vinte e sete** dias do mês de abril, do ano dois mil e vinte e seis, pelas **vinte e uma horas e dez minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, no edifício-sede dos Paços do Município, na sala das sessões, sob a presidência de **Andreia Calvário Graça Guerreiro**, secretariado por, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, como 1ª secretária e **Filipe Augusto Valente Oliveira**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado na alínea a), n.º1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PSD: Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Maria de Fátima dos Santos Dias Santana, Vítor Manuel Libânio Afonso, Amândio José Rodrigues Pereira e Ivo Miguel Conceição Guerreiro. -----

Eleitos pelo PS: Francisco Manuel Valadas Abreu, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ruben Tiago Ribeiro Maia, Tiago Miguel Martins Encarnação e Miguel André P. Teixeira V. Colaço. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro (PS), o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, António Manuel Silva Amaro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS) o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova, Orlando Manuel Figueira Rodrigues (PS) e a Secretária da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Marisa Faustino Pereira (UPF).

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** José Tadeu Sebastião Figueira de Freitas (PSD), o **Senhor Vice-Presidente**, José Romba Guerreiro (PSD) e os **Senhores Vereadores**, Susana Margarida Martins Camões (PSD), Ana Manuela de Jesus Guerreiro Carmo (PS) e Fábio José da Palma Eugénio (PS). -----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1 - Intervenção dos Municípios; -----

A.2 - Esclarecimentos.-----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.2 - Votação da ata n.º 04, de 31 de janeiro de 2026 e ata n.º 05, de 27 de fevereiro de 2026 - (quadriénio 2025/2029); -----

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 - Intervenções. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas de 2025, Relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram; -----

C.2 - Apreciação e deliberação sobre a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2026; -----

C.3 - Apreciação e deliberação sobre a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2026 e respetivos anexos; -----

C.4 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de aumento de capital e alteração aos Estatutos relativos à Resialentejo, E.I.M.;-----

C.5 - Apreciação e deliberação sobre a lista dos Juízes Sociais que irão intervir nas causas da competência dos Tribunais de Menores; -----

C.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, com vista à atribuição do abono de despesas de representação aos titulares de cargo de direção intermédia de 2.º Grau - Chefes de Divisão; -----

C.7 - Apreciação e deliberação sobre a Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das Competências de Autoridades de Transporte, a celebrar entre o Município e a CIMBAL; -

C.8 - Apreciação e deliberação sobre a criação da Comissão Municipal de Trânsito e do respetivo Regimento;-----

C.9 - Designação de um elemento de cada bancada e seus substitutos para integrar a Comissão Municipal de Trânsito; -----

C.10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também Presidente de Junta) para integrar a Comissão Municipal de Trânsito; -----

C.11 - Apreciação e deliberação sobre a constituição de uma Comissão Eventual com vista à análise da insuficiência da rede de transportes rodoviários no Concelho de Almodôvar e apresentação de soluções para o reforço das ligações do expresso a Lisboa e criação de ligações a Beja, Évora e Faro; -----

C.12 - Apreciação e deliberação sobre as Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem;-----

C.13 - Apreciação e deliberação sobre a renovação de mandato de representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Almodôvar, que terminou o seu mandato na CPCJ 28/02/2026; -----

C.14 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também Presidente de Junta) para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

C.15 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.16 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.17 - Aprovação da ata em minuta.-----

NOS TERMOS DO REGIMENTO, A PRESENTE SESSÃO FOI TRANSMITIDA ONLINE ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DO MUNICÍPIO E TOMADAS TODAS AS MEDIDAS LEGAIS EM TERMOS DE RCPD.-----

Antes de iniciarem a sessão, a **Presidente da Assembleia**, disse:-----

“Sejam bem-vindos a mais uma Assembleia Municipal e queria em primeira linha referir e frisar que hoje a ordem de trabalhos é muito extensa, portanto, pedia que todos tivéssemos isso em consideração, sendo que vamos tentar chegar antes da meia-noite e ter estes pontos todos terminados. Vamos tentar fazer por isso, senão vamos ter que fazer uma segunda Assembleia e não queria mesmo que isso acontecesse”.-----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

A **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **quatro pedidos** de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, Tiago Casimiro Tavares (PSD), Bernardo Pereira Delgado (PSD), Guilherme Alexandre Viegas Baroa (PSD), Maria Cristina Martins Brás Germano (PS), Inês Alexandra Brás Reis Barradas (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro (UPF). Quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados nos primeiros lugares nas listas do Partido Socialista e Partido Social Democrata, Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD), Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), Ivo Miguel Conceição Guerreiro (PSD) e a Secretária da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Marisa Faustino Pereira (UPF), respetivamente. -----

Mais informou que **as substituições** se fizeram ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento. -----

A Mesa justificou as respetivas faltas. -----

VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DO MEMBRO SUBSTITUTO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 47 DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

Na sequência da ausência, dos Senhores deputados Bernardo Pereira Delgado (PSD), Guilherme Alexandre Viegas Baroa (PSD), **por uma sessão, compareceram**, ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento, os cidadãos posicionados no décimo segundo e décimo terceiro lugares na ordem da lista do Partido Social Democrata para a Assembleia Municipal, Senhores Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), Ivo Miguel Conceição Guerreiro (PSD). -----

Nessa prossecução, os senhores Amândio José Rodrigues Pereira e Ivo Miguel Conceição Guerreiro (PSD), **aceitaram preencher as vagas** originadas pela **ausência** dos Senhores deputados efetivos e após ter sido verificada, pela Senhora Presidente da Assembleia, a sua identidade e legitimidade para o preenchimento das vagas, **tomaram posse como deputados** do Órgão deliberativo Municipal, iniciando, de imediato, o exercício das funções para as quais foram empossados, conforme documento assinado, que faz parte integrante da presente ata. -----

As deliberações que se seguem passam então a contar com a apreciação, participação e deliberação dos Senhores deputados Amândio José Rodrigues Pereira e Ivo Miguel Conceição Guerreiro. -----

A ata respeitante à tomada de posse do membro supra referido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas. -----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 04, DE 31 DE JANEIRO DE 2026 E ATA N.º 05, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026 - (QUADRIÊNIO 2025/2029): -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 04/2026, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2025 (QUADRIÊNIO 2025/2029): -----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 04 da sessão extraordinária realizada no dia 31 de janeiro de 2026 (quadriênio de 2025/2029). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 04 da sessão extraordinária de 31 de janeiro de 2026 (quadriênio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 16 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pela Senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Ana Isabel Teixeira Guerreiro(PSD), Ivo Miguel Conceição Guerreiro(PSD), Amândio José Rodrigues Pereira(PSD), Fábio Miguel Batista(PSD), Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro(PS), Ruben Tiago Ribeiro Maia(PS) e Marisa Faustino Pereira(UPF), não participaram na aprovação da ata. -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 05/2026, DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2026 (QUADRIÊNIO 2025/2029): -----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 05 da sessão ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2026 (quadriênio de 2025/2029). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 05 da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2026 (quadriênio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 16 votos a favor** (PS/PSD), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pela Senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Filipe Augusto Valente Oliveira (PSD), Bernardo Pereira Delgado (PSD), Ivo Miguel Conceição Guerreiro (PSD), Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), Maria de Fátima dos Santos Dias Santana (PSD), Marisa Faustino Pereira (UPF) e Tiago Miguel Martins Encarnação (PS), não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE. -----

Sobre este Ponto, a **Presidente da Assembleia** informou que a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Continuando, referiu “relativamente à leitura de expediente, todos os Senhores Deputados tiveram oportunidade de receber o quadro da correspondência recebida do

exterior, que tem também as referências à correspondência remetida pelos Senhores Deputados e à correspondência expedida. -----

Seguidamente, questionou se algum dos Senhores Deputados têm alguma intervenção a fazer ou tem alguma questão a fazer sobre a correspondência -----

Não se tendo registado intervenções, referiu ainda que “relativamente a esta questão da correspondência, eu gostaria só de ressaltar uma iniciativa que a Associação Nacional de Assembleia Municipal teve e deixar aqui uma pequena nota.-----

Tal como eu disse em muitas ocasiões, uma das coisas que eu mais gostaria que acontecesse, era que todos nós tivéssemos oportunidade de nos capacitarmos e de nos formarmos para sermos cada vez melhores deputados e fazermos melhor o nosso trabalho. Nessa senda, toda a informação que eu tenho recebido e oportunidades que existem para que exista formação para ambas as bancadas e, aqui não faço qualquer tipo de diferença entre ambas as bancadas, essa informação é enviada a todos os deputados. -----

Houve uma iniciativa muito interessante promovida pela ANAM, uma iniciativa designada “a ANAM em rede” e que cada vez que se realiza tem sempre uma temática. A última temática foi sobre o ROC e a importância que têm os documentos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas. Foi extremamente interessante e verifiquei que muito poucos nesta sala aproveitaram este momento, por isso tenho muita pena que muitos dos Senhores Deputados não tenham tido oportunidade de ter o privilégio de ter este tipo de formação, ainda para mais com pessoas que também estão ligadas a Assembleias Municipais, que têm uma perspetiva diferente, uma sensibilidade grande para estas matérias, sendo que gostaria muito que, de futuro, tomassem mais em consideração estas oportunidades e aproveitássemos, porque quanto mais aprendemos mais crescemos e mais podemos dar daquilo que somos. -----

Era só este reparo que gostaria de fazer.” -----

B.4 - INTERVENÇÕES: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e de imediato abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados Nelson Guerreiro, Francisco Abreu, Marisa Pereira, Rui Guerreiro, Tiago Encarnação e Diogo Lança.-----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Nelson Guerreiro**, que proferiu o seguinte:-----

“Tenho aqui dois pontos muito rápidos -----

1.º Ponto - Gostaria de perguntar ao Exmo. Presidente José Tadeu se houve algum avanço significativo quanto à obra de ampliação do cemitério da Freguesia da Aldeia dos Fernandes. -----

2.º Ponto - Gostaria de perguntar à Exma. Vereadora Susana Camões que detém o pelouro da Cultura o porquê da não solicitação de transporte para o Grupo Coral “As Vozes da Aldeia” se deslocarem a Bordeira (Faro) para uma atuação. -----

Falei com o adjunto dos transportes o Sr. Dário e informei, que o vosso colaborador Juvenal Cota estava disponível para levar a carrinha que efetua o transporte dos colaboradores da CMA, que fica na Aldeia durante o fim-de-semana. -----

Uma vez que o referido colaborador Juvenal Cota tem conduzido a carrinha numerosas vezes. -----

Dai não saber o porquê deste entrave. -----

Também quero aqui frisar que foi com muita pena que não foi possível estar presente nas comemorações do 25 de Abril, porque tive que ir às compras para a caminhada, a 11.ª caminhada pela liberdade, uma vez que os meus camaradas do executivo, um por razões laborais, e outra por estar em fim de gravidez e não me puderam substituir.-----

Farei parte da oposição sem guerrinhas da treta, palavras ofensivas ou crónicas de mal dizer. Porque quem me conhece sabe a minha forma de estar na vida. -----

Dado isto, também não pude receber a lembrança que a CMA ofereceu às Associações, neste caso Associação de Cante Alentejano "*As vozes da Aldeia*", mas não nos chegou nada de nada, as "*Estevas em Flor*" receberam mas nós não tivemos conhecimento da tal lembrança." -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que referiu:-----

"Duas breves notas:-----

A primeira para dar conta que na sequência de conversas informais que habitualmente mantenho com a população da Corte Zorrinho, é frequente manifestarem a sua preocupação pelo facto de recorrentemente alguns condutores atravessarem a localidade a velocidades muito acima dos limites impostos por lei, pondo em perigo as pessoas que necessitam de atravessar a estrada, em especial as crianças e os mais idosos. Recorde-se que esta estrada, a Estrada Municipal n.º 515, e a própria localidade de Corte Zorrinho, foram alvo de intervenção e reabilitação urbanística por parte do anterior executivo do Partido Socialista, estando agora a estrada, presentemente denominada *Avenida Henrique Casimiro* no trajeto dentro da localidade, com um piso excelente e uma largura de via considerável, o que leva a que condutores menos conscientes, diria mais, condutores completamente inconscientes, atravessem a localidade a velocidades muitíssimo perigosas para a segurança da população, a que eu próprio já tenho assistido. -----

Assim, e de acordo com a opinião generalizada da população da Corte Zorrinho, em especial das pessoas com que mais habitualmente me relaciono, entendemos que a Câmara Municipal, ou a Junta de Freguesia, ou ambas em colaboração, deveriam providenciar no sentido de colocarem lombas na via rodoviária que atravessa a localidade. -----

Para tal, faria todo o sentido que se deslocassem à Corte Zorrinho para falarem com a população, assistirem possivelmente "in loco" a esta triste realidade e providenciarem no sentido de encontrarem a melhor solução para resolver este problema. Algumas pessoas solicitaram-me que apresentasse esta questão na Assembleia Municipal e sugerem até que as lombas poderiam ser instaladas nos locais onde estão atualmente as passadeiras, à semelhança das que estão instaladas em Almodôvar na Estrada Nacional 2. Também concordámos que não seria necessário fazer um "*abaixo-assinado*" para efetivar o pedido que agora apresento, até pelo facto de poder ser entendido como forma de pressão. -----

Fica a sugestão e o convite. -----

Existem lá umas lombas mas que em nada reduzem a velocidade dos condutores que por lá passam, há uma à entrada e outra à saída não são suficientes.-----

Uma segunda nota para dar os parabéns à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, por continuar a realizar a atividade Assembleia Municipal Jovem, atividade que o Partido Socialista iniciou durante os seus mandatos e a que eu tive o grato prazer de presidir e organizar durante os 2 mandatos em que estive à frente deste órgão deliberativo, só não se realizando esta atividade nos anos em que fomos afetados pelo Covid. A Senhora Presidente da Assembleia até já introduziu uma pequena inovação, alterando a designação da atividade de "Assembleia Municipal Jovem" para "Assembleia Municipal Infantil", o que para mim sinceramente até faz mais sentido, em virtude da faixa etária dos alunos participantes. -----

Com muita pena minha não tive ocasião de assistir, apenas vi pequenos excertos da transmissão, pena essa redobrada porque seria a primeira vez que o faria na ótica do simples e atento observador e também pelo facto dos participantes serem as últimas turmas de alunos com quem trabalhei quando estava no ativo. Mas assim que tive oportunidade contactei os colegas participantes e tive o *feedback* de que a atividade correu muito bem, dentro daquilo que é habitual. É sempre uma ocasião importante de partilha, em especial para os alunos que por norma adoram este tipo de atividades e

uma boa oportunidade de colaboração entre instituições: Escola, Assembleia Municipal e Câmara Municipal. -----

Parabéns Senhora Presidente por continuar a realizar esta atividade, fazendo jus às palavras que o atual órgão executivo proferiu no Relatório de Prestação de Contas de 2025, ao referir que *“se devem manter as boas práticas implementadas e promover os ajustamentos necessários”*. -----

Este é um bom exemplo!”-----

Continuando, tomou a palavra a **deputada Marisa Pereira** que referiu, “em representação da Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, intervenho nesta Assembleia para expressar o reconhecimento claro ao executivo da Câmara Municipal e à Freguesia de Almodôvar no processo de Desagregação das Freguesias que pela sua exigência e relevância constituiu um momento determinante para o nosso território. ----

Neste contexto foi fundamental o apoio institucional, a cooperação e a postura responsável demonstrada, sendo orientada pelo interesse das populações. Importa sublinhar que este apoio não se limitou simplesmente a este processo ao longo do tempo, sempre que a nossa Freguesia solicitou colaboração, encontrou disponibilidade abertura e capacidade de resposta tanto pela parte do executivo, como também por todos os funcionários da autarquia. Esta atitude revela um compromisso político com a coesão territorial, com a proximidade e com o desenvolvimento equilibrado do nosso concelho num quadro que nem sempre é fácil alinhar vontades e prioridades e por isso é justo reconhecer quando as instituições trabalham de forma articulada e eficaz. -----

Este é o caminho que deve ser valorizado e continuado, pois a nossa freguesia precisa ainda de muita atenção em vários domínios essenciais para o seu desenvolvimento, nomeadamente, precisamos da resolução de problemas evidentes nas ETAR’s da Semblana e Graça de Padrões e na requalificação dos passeios na entrada da Semblana junto à estrada regional 267 e também nas ruas da Graça dos Padrões. -----

Da nossa parte reafirmamos a total disponibilidade para progredir e para prosseguir estes trabalhos em conjunto, com sentido de responsabilidade e com o objetivo comum servir as nossas populações.”-----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Rui Guerreiro** que propõe o seguinte:-----

“Vimos propor o reforço de projetos de criação e requalificação de espaços verdes na vila de Almodôvar. Certamente muitas vezes pensamos nisso, mas depois não o manifestamos e parece-me cada vez mais importante. -----

Num contexto em que as alterações climáticas são uma preocupação central, torna-se urgente adotar soluções que contribuam para a mitigação dos seus efeitos, nomeadamente, através da criação de zonas verdes distribuídas pelo núcleo urbano. Isto está estudado, muitos apregoam, mas é cada vez mais importante que haja um conjunto e que não seja centrado só num ou noutra espaço, um conjunto distribuído pelo núcleo urbano.-----

Os jardins e espaços verdes desempenham um papel essencial na redução da sensação térmica durante os meses de verão. Numa região como a nossa, marcada por temperaturas particularmente elevadas, é fundamental avançar com medidas concretas e eficazes. -----

Entendemos que Almodôvar necessita de intervenções céleres e de novos projetos estruturantes nesta área. Desde logo, o espaço em frente à Biblioteca, certamente deverá estar a ser equacionado, deverá contemplar não apenas estacionamento, mas também uma zona ajardinada, com árvores, bancos e condições para usufruto da população.-----

Certamente a tentação será fazer logo ali um projeto só para estacionamento, há ideias há coisas que estão a ser trabalhadas, mas ainda há tempo também de afinar e verificar todas as possibilidades.-----

Importa igualmente valorizar o espaço junto à Nora da Cerca da Presença, garantindo que a área envolvente de lazer seja ampliada e não excessivamente condicionada pelas operações de loteamento. -----

Refira-se que no bairro do Maldonado, existe um terreno disponível, tendo sido alvitrada a possibilidade de ali desenvolver um parque verde. Trata-se de uma oportunidade que consideramos importante retomar, indo ao encontro de anseios considerados importantes, anseios legítimos e importantes dos residentes naquela área envolvente. -----

Também a zona da Ribeira de Cobres merece uma intervenção estruturada, com a criação de um parque verde que integre percursos pedestres e áreas destinadas ao lazer, convívio e prática desportiva. É qualquer coisa que se fala há muitos anos não é de agora seria estruturante sem dúvida alguma. -----

Por outro lado, o parque da entrada norte da vila carece de manutenção urgente: os caminhos encontram-se degradados, se calhar alguns terão passado por lá recentemente, eu passei, em resultado do inverno, e os equipamentos necessitam igualmente de intervenção. É um sítio que muitas pessoas passam, praticam as suas atividades de lazer de caminhadas etc. e é interessante. -----

A par destas medidas, importa considerar soluções construtivas mais sustentáveis, como o uso de calçada permeável, que contribui para a drenagem das águas pluviais e para a redução da temperatura urbana. Isto está estudado, mas também mais uma vez às vezes passa um bocadinho para segundo plano. -----

Trata-se de uma solução já adotada com sucesso em concelhos como Arraiolos, Arraiolos tirou parte do asfalto há uns bons anos e optou pela calçada, Serpa assim o fez, Nisa assim o fez, apresentando vantagens tanto ao nível funcional como estético e de manutenção. Os custos, que podem parecer maiores e ter um maior impacto inicialmente, depois realmente vai-se verificar que diminuem, porque a mesma calçada é repostada depois de retirada para determinadas obras, etc. -----

Neste contexto, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente: que projetos estão atualmente a ser equacionados ou se encontram, como também estão há pouco tempo no executivo, mas certamente já pensaram sobre isso, ou se encontram em fase de estudo e desenvolvimento nestas áreas agora abordadas?" -----

Seguidamente foi a vez do **deputado Tiago Encarnação**, que proferiu o seguinte: ---

Intervenho então para dar voz a uma preocupação que é, hoje, a maior angústia de muitos almodovarenses: a saúde e a gritante falta de médicos de família no nosso concelho. -----

Este é um tema que já foi aqui levantado pela Senhora Vereadora do PS e que não pode ser, por circunstância alguma, não deve cair no esquecimento. E acredito que o Senhor Presidente da Câmara também não o tenha esquecido, até pela memória do que afirmou quando ainda era candidato nas eleições do passado mês de outubro. -----

a) Recordamos bem o compromisso assumido durante a campanha: o Senhor Presidente, na altura, ainda candidato, mencionou que, se o problema da saúde não fosse resolvido, não se importaria de ir dormir para a porta do Ministério da Saúde em sinal de protesto. Ora, já passámos a barreira do primeiro meio ano deste mandato de 4 anos. Antes das eleições, tudo parecia ter uma solução rápida; hoje, o que ouvimos é que "é difícil". -----

A população pergunta: o que mudou na vontade política de resolver este dossier? ---

b) Chegamos ainda "zunzuns" pela vila, que esperemos que não passem disso, de que o Dr. Rafael poderá vir a estar de saída. Senhor Presidente, se isto se confirmar, não é apenas uma baixa no sistema; é um caso gravíssimo de desproteção no nosso Centro de Saúde. A competência direta pode ser da USLBA, como sabemos, mas a responsabilidade política de garantir que os nossos cidadãos não fiquem desamparados é desta Câmara Municipal. -----

c) É factual: o executivo anterior, com as ferramentas que tinha, sempre garantiu uma resposta. Mesmo que a cobertura não fosse total, nunca atingimos números tão alarmantes de munícipes sem médico de família como os que verificamos hoje em dia. --

Sabemos que falou com o Presidente da USLBA, mas o diálogo não basta se não for acompanhado de uma estratégia municipal um pouco mais agressiva. -----

Assim, deixo-lhe estas questões que devem ser remetidas em sede de Assembleia Municipal não obstante o facto de poderem ser respondidas em reunião de Câmara. ----

1. Que estratégia concreta está a ser desenhada por este Município para atrair e fixar médicos? -----

2. Estão a ser considerados incentivos à habitação, apoios logísticos ou benefícios que tornem Almodôvar mais atrativo do que os concelhos vizinhos que já o fazem? -----

3. Pode o Senhor Presidente garantir-nos hoje que a Câmara Municipal será a interlocutora forte que se exige junto do Governo e da USLBA para inverter este cenário? -----

Senhor Presidente, a saúde não aguenta mais meses de espera. Exigimos uma resposta em tempo útil e, acima de tudo, um esforço redobrado. Não podemos permitir que o nosso Centro de Saúde e o nosso concelho definhe enquanto as soluções ficam presas em burocracias ou promessas de campanha ainda por cumprir.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Diogo Lança** que se disse: -----

“Intervenho neste período antes da ordem do dia para destacar, de forma clara e justa, a relevância e a nova estratégia da agenda cultural que o Município tem vindo a promover e que, felizmente, devolveu à nossa comunidade uma dinâmica cultural que há muito era desejada. -----

E inegável que este Executivo marcou uma diferença ao voltar a apostar na cultura como eixo estratégico, trazendo novamente espetáculos, iniciativas e momentos de encontro que envolvem a população e reforçam a identidade local. -----

Destaco ainda a valorização do Fórum Cultural, recuperando a verdadeira essência para a qual foi concebido: um espaço dedicado à cultura na sua plenitude. -----

Os últimos meses têm sido, sem dúvida, um marco importante, não apenas na sua valorização enquanto espaço físico, mas também enquanto símbolo de uma política cultural mais ativa, diferenciada, participativa e acessível. -----

Importa também sublinhar que este era um espaço que se encontrava subaproveitado e sem objetivos claramente definidos. Hoje, através de uma programação estratégica, está a ganhar uma nova vida, acolhendo exposições, reformulando a sua utilização e fortalecendo o seu papel no concelho. Esta dinâmica diversifica a oferta cultural e toma o Fórum Cultural um espaço mais vivo, atrativo e frequentado por diferentes públicos, contribuindo para a criação de hábitos de participação cívica e cultural que se tinham vindo a perder. -----

Quero também deixar claro, para evitar interpretações erradas, que não estou a dizer que antes nada era feito. No entanto, é justo reconhecer que atualmente existe uma estratégia mais definida, uma maior preocupação na comunicação com o público - destacando, por exemplo, a excelente iniciativa de inscrição para receção de alertas dos eventos da autarquia.-----

Tudo isto tem permitido aproximar as pessoas, dinamizar o território e criar oportunidades para artistas, associações e públicos que, durante algum tempo, não se sentiam tão envolvidos. E um caminho que deve ser reconhecido e incentivado. -----

Gostaria igualmente de salientar o exemplo positivo dado na organização dos eventos do 25 de Abril, nomeadamente no almoço de confraternização. -----

A implementação de um sistema de reserva prévia revelou-se uma medida responsável e eficaz, permitindo ao Município ter uma noção mais realista do número de participantes e, assim, não só recolher dados úteis para futuras edições, como também evitar desperdícios, algo que hoje é essencial numa gestão pública consciente e sustentável.-----

Em suma, quando há planeamento, visão, estratégica, envolvimento da comunidade e boas práticas na gestão de recursos, os resultados são visíveis e merecem ser reconhecidos.” -----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por dizer “antes de mais obrigado pelas informações que várias pessoas aqui colocaram, perguntas e um conjunto de situações várias que colocaram e isto demonstra que efetivamente a Assembleia de abril está a funcionar e que as pessoas vêm aqui efetivamente apresentar questões concretas. -----

Respondendo àquilo que me é possível, -----

Na questão das obras no cemitério está incluído na retificação orçamental que vamos votar hoje, o projeto que é a única coisa que conseguimos fazer este ano e no próximo ano será incluída a execução da obra, portanto de acordo com o que tínhamos combinado, isso está incluído. -----

No que concerne ao transporte do grupo coral após avaliação, o envio do vosso email foi encaminhado para os transportes que nos informaram que não podiam, se ele o informou a si que podia, amanhã, vamos ver porque é que nos informou a nós que não tinha motorista.-----

Ressalvar ainda, que no âmbito dos transportes dos grupos corais, do futebol, do ALMOVIMENTO, de tudo e mais alguma coisa, o dinheiro público é findo, nós não podemos andar a transportar e a pagar horas extraordinárias constantemente aos motoristas para fazer esse transporte, tem que haver alguma maneira de nós, não estou com isto a dizer que não era importante o grupo coral ir, de maneira nenhuma, temos é que ter alguma racionalidade naquilo que é a despesa pública, com os motoristas e com os transportes, ainda mais tendo em atenção a necessária redução que temos que ter com o aumento significativo dos combustíveis. -----

No que concerne à velocidade na Corte Zorrinho tenho pena Senhor Deputado que efetivamente a obra não tenha tido ali uma lomba no meio, a obra era nova, foi pensada e foi mal pensada, nós agora temos que inventar uma lomba ali no meio mas, acima disto tudo está e, isto digo publicamente, uma irreverência total dos senhores condutores porque o problema não é a Corte Zorrinho o problema é a Semblana, é a Graça, a Corte Zorrinho, é a Aldeia dos Fernandes é em todo o lado e mais algum, Fontes Ferrenhas, os Corvatos. Dizer-lhe também, no que concerne à estrada onde passam os famosos camiões da mina, temos estado a fazer uma pressão enorme junto da SIMPOR e vou ter que trazer a esta Assembleia, numa próxima Assembleia, a proibição dos transportes pesados naquela estrada para retirar os camiões dali, sendo que passarão só a ser autorizados os transportes pesados com destino ao concelho e o transporte agrícola naquilo que é a atividade agrícola. Temos tido muitos problemas com os camiões do cimento que eles vêm carregados pela autoestrada e chegam rapidamente à mina, mas depois de descarregados vão aqui pela serra e temos tido, não sei como é que ainda não houve um acidente muito grave nesse caminho, temos tido muita gente a colocar-me estas questões. Estamos a fazer o melhor que sabemos e o melhor que conseguimos, a verdade é que isto tudo mudava se a consciência efetivamente mudasse, se a consciência dos condutores mudasse. A SIMPOR foi avisada e refutou dizendo que os motoristas não são da SIMPOR e eu sei que os camiões são dos próprios motoristas. A mina foi avisada para fazer pressão na SIMPOR, a polícia foi avisada para multar uns quantos e, multaram uns quantos, mas multam hoje, amanhã já sabem que a GNR não está e continua-se da mesma maneira.-----

Temos feito um esforço enorme e naturalmente a Corte Zorrinho vamos fazer esse esforço no sentido de encontrar, se calhar estas lombas plásticas, que estas lombas plásticas que nós estamos a pôr, quadradas, têm como benefício exclusivo as ambulâncias conseguirem passar quase sem tocar nos lados, vamos reduzir ainda mais a velocidade porque mandámos adquirir, ainda não chegaram, aqueles pinos plásticos para colocar entre as lombas quadradas que visualmente qualquer condutor quando vê

os pinos sente que o seu angulo de passagem está encurtado e reduz a velocidade. Mas lá está, eu volto a dizer, tudo se resolvia se existisse mais consciência dos condutores e reduzissem efetivamente as velocidades. -----

A Semblana é um problema enorme, também lá foi feita uma tentativa, foram feitas, não sei se duas se três lombas, ganhámos as mesmas, desviam-se para a Graça que é outro problema naquele entroncamento que existe ali na igreja passam a alta velocidade, há a questão de alcatroarmos a estrada que vai da Caiada até à estrada de Mértola. Se alcatroarmos essa estrada metemos o trânsito todo na Graça, diminuimos o problema da Semblana, metemos na Graça, mas isto resume-se só a uma coisa que eu vou repetir pela terceira vez: consciência dos senhores condutores. Estamos em cima da mina no sentido dos camiões da mina e tudo que é esses transportes terem algum cuidado. Penso que respondi à questão. -----

No que respeita à representante da Junta de Freguesia da Graça, a ETAR da Semblana e da Graça está a ser estudada entre o Ministério do Ambiente e a mina no sentido de poderem ser eles próprios a tratar esse resíduo e também com as Águas do Alentejo no sentido se juntarmos as duas, deixa de ser uma preocupação da Câmara Municipal e passa a ser das Águas do Alentejo. -----

Dizer também que nenhuma destas coisas tinham projetos anteriores porque se tivessem projetos anteriores há 2 semanas recebi um telefonema do Chefe de Gabinete da Senhora Ministra que me perguntava: que projetos é que tem aí para começar que a gente dá-lhe já o dinheiro, e eu disse que no âmbito dos resíduos zero, não tenho nenhum projeto para começar, não tenho. O de Gomes Aires que diziam que existia não tenho, o da Graça e da Semblana que diziam que existia, não tenho nenhum projeto que a Senhora Ministra dissesse, olhe tome lá o dinheiro e pode começar, portanto esses projetos têm de ser feitos, isto leva o seu tempo, é um concurso público para o projeto, é a execução do projeto, é a adjudicação do projeto, é o lançamento do concurso público da obra, antes do próximo ano não conto ter solução para essas duas ETAR'S, como é o caso da Viúvas e como é o caso de Gomes Aires e como é o caso do Monte dos Mestres. --

No que concerne aos passeios da Semblana e as ruas da Graça já falei e é uma preocupação que nós temos e, temos que pensar como é que aquele trânsito ali em frente ao Centro Cultural e à Junta de Freguesia, como é que reduzimos aquele trânsito ali, porque os carros não se conseguem cruzar e passam ali a alta velocidade embora havendo lá as lombas é exatamente o mesmo problema que temos nas outras localidades que fizemos. -----

Caro deputado Rui Cortes, no que concerne aos espaços verdes é mais uma coisa parecida com os resíduos, também temos dinheiro no ITI da água e temos algum dinheiro no ITI da água que nos permite fazer esse tipo de coisas, não temos é projetos, estamos a fazê-los, estamos a fazer neste momento um projeto para o Barranco do Adão estamos com a universidade de Évora a fazer um projeto, de estudo para já, para a Ribeira de Cobres, toda a Ribeira de Cobres, desde o lavadouro de São Barnabé que está em São Barnabé até à Ponte Romana, fazermos um passeio pedonal, recuperar toda a ribeira e fazer um passeio pedonal. -----

No que concerne ao espaço da Biblioteca, efetivamente está a ser iniciado um estudo do quê que lá vamos fazer, mas naturalmente se fizermos estacionamento temos que fazer sombra porque fazer aquele estacionamento todo sem sombra é completamente incomportável face ao calor que faz durante o verão, naquele período, e a necessidade naturalmente de baixarmos a temperatura dentro da vila será de todo necessário, fazer estacionamento sim porque temos que manter aqueles estacionamentos mas também termos um espaço verde. -----

No que respeita à Nora da Cerca da Presença era um projeto antigo, pensamos que também havia projeto, existe um desenho, o que está previsto é nós fazermos toda a parte da Nora já com o ITI da água o mesmo ITI da água da Ribeira, porque existe dinheiro comunitário para isso, toda a parte da Nora até aquela pequena casa que está

lá mais ao fundo sendo que a outra como caiu entretanto não tem qualquer reestruturação mas existe uma canalização de água que vai ser mantida da Nora mais para a frente no sentido de potenciar ali um espaço verde e um espaço de família garantindo também que, depois, a urbanização que supostamente tem ali alguns desenhos, porque há dois tipos de desenho para essa urbanização, depois também tenha espaços verdes e garanta essa situação. -----

No que concerne ao terreno que existe no Maldonado, dizer que não tenho ainda nenhuma opção, já teve para ser uma loja do cidadão, optamos por não gastar dinheiro nisso até porque não temos neste momento essa hipótese e temos o Centro Coordenador de Transportes que estamos a adquirir lojas lá dentro no sentido de transformar aquilo na loja do cidadão, hoje continuaram as negociações com a Segurança Social no sentido de fazermos uma troca entre a Casa do Povo e um espaço devidamente reestruturado no Centro Coordenador de Transportes onde ficará, para já, a Segurança Social, alguns serviços da Câmara e entendemos também convidar depois outras entidades públicas e renovar o Centro Coordenador de Transportes e não tenho nenhum projeto específico para aquele sitio mas temos que encontrar uma solução ou se não encontrarmos nenhuma, pelo menos plantar umas árvores à volta daquele sitio para aumentar ali o verde e tirar dali aquele peso que tem. -----

Na entrada norte, efetivamente, já identificamos que com a morte das árvores que existiram ali naquela zona, foram colocados lá pavês e os pavês estão todos metidos, ou seja, não foi enchido e os pavês estão todos tortos mas quer essa quer a calçada frente à igreja quer a calçada na praça da república quer outros pequenos espaços estamos a fazer a medição desses espaços, porque não há ninguém que faça isso aqui em Almodôvar, nós temos de trazer uma empresa de fora que venha recuperar todos esses espaços de calçada e de *pavê* e para isso temos que ter uma empresa que tem que estar cá, para vir cá 2 ou 3 dias não é vir cá fazer 2 ou 3 horas que vêm do Algarve ou que vêm de outros sítios como temos, estamos a juntar um conjunto de trabalhos no sentido de adjudicar esses trabalhos a uma empresa e isto penso que não vai já demorar muito tempo. -----

O Senhor deputado Tiago Encarnação no que respeita aos médicos eu por acaso não me lembro de dizer que ia dormir à porta do Ministério, mas admito que possa ter dito. No que concerne aos médicos, tem sido travado um diálogo cerrado com a ULSBA, não com a Senhora Ministra, mas vou ter ocasião de falar com ela, mas o que diz a Senhora Ministra e o que diz a ULSBA é exatamente a mesma coisa e é o que eu vos peço a todos vocês, se conhecerem algum médico que queira trabalho, a ULSBA contrata até 20, se conhecerem algum em qualquer sitio da europa, porque se for fora da europa já tem de fazer o curso, contrata até 20. Estamos a tentar verificar e, sabemos que existiram alguns médicos cubanos que vieram na primeira vez, com o acordo com Cuba e que correu mal porque o acordo com Cuba, levava o que eles aqui recebiam, o salário que recebiam em Cuba sendo o remanescente devolvido ao governo Cubano e eles acabaram por se ir embora porque não viviam com 300 euros ou com 250 euros. -----

Temos informação que há alguns em Cuba que possivelmente querem voltar, esses era de todo importante, porque já têm a legalização junto da ordem dos médicos e podem rapidamente começar. Nesse sentido estamos a ver se alguém souber algum contacto a gente dá à ULSBA e eles contratam. É neste aspeto que estamos não estamos doutra maneira. -----

Dizer também, o que eu vou dizer não é justificação, mas é dizer também que Almodôvar no distrito não é o pior, há muito pior e então se for a ULSBA a encontrar os médicos não os vai meter em Almodôvar, vai mete-los onde eles tiverem melhores, mas se formos nós a encontrar os médicos, são para Almodôvar. -----

No que concerne a zunzuns, o Senhor deputado da Aldeia dos Fernandes também disse qualquer coisa que tem ouvido por aí eu não comento zunzuns mas vou-lhe dizer que efetivamente estou em conversações com o Dr. Rafael que estão muito bem

orientadas no sentido de lhe encontrar uma solução de alojamento que é o problema que ele tem neste momento porque vai sair da casa dele por obrigação do senhorio. Estas negociações começaram há um mês, mais ou menos, e penso que já temos a solução definitiva para o Dr. Rafael, não é um zunzum é mesmo oficial, é uma conversa direta com o Dr. Rafael. -----

Eu penso que respondi a tudo se não respondi digam que eu volto a responder.” -----

Para encerrar este ponto a **Presidente da Assembleia** esclareceu o seguinte:-----

“Já agora gostaria também só de responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Guerreiro, dizendo que as ofertas que foram feitas, foram feitas a todas as pessoas que estavam presentes em representação das Associações e que obviamente se fará chegar a todos os que não puderam estar presentes, mas isto passou-se no dia da Sessão Solene do 25 de Abril onde ninguém esteve em representação da vossa associação, no domingo tivemos que descansar, segunda-feira estive a preparar a Assembleia e prevejo que nos próximos dias todos vão começar a receber a sua devida homenagem. -----

Fique descansado, era para deixar isso bem esclarecido. Vai ser-vos entregue”-----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025, RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMAIS DOCUMENTOS FINANCEIROS QUE A INTEGRAM:

Prosseguindo, e tomando a ordem dos trabalhos agendada, a **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e referiu “que os documentos de Prestação de Contas das Câmara Municipais são um conjunto de relatórios financeiros e orçamentais, anuais, que demonstram aquilo que é a gestão económica, patrimonial e financeira do município. Estes documentos que incluem o Relatório de Gestão e Mapas de execução orçamental são elaborados pelo executivo aprovados e enviados para o Tribunal de Contas até 30 de abril. -----

Senhor Presidente pretende fazer uma introdução a este ponto, por favor. “ -----

Tomando a palavra, o **Presidente da Câmara** explicou “que estas contas que hoje estão aqui para votação são efetivamente as contas de 2025, este executivo nestas contas só tem claramente a gestão de novembro e dezembro e não tivemos nenhum tempo em novembro e dezembro para fazer qualquer investimento, principalmente porque não havia essa hipótese. Não havia investimentos em curso, os contratos que tinham sido assinados, tinham sido a 2 dias das eleições, nem sequer havia praticamente nada possível de se iniciar portanto, não era em novembro e dezembro que a gente ia continuar projetos que não estavam iniciados. -----

Nesse sentido todas as contas que são aqui apresentadas são do executivo anterior.-

Temos aqui o Revisor Oficial de Contas se houver alguma questão mais específica pode responder, acho que o documento é enormíssimo, mas aquilo que me ressalva é alguma preocupação nalguns aspetos que já estamos a trabalhar, a preocupação vai mais na questão da execução da receita e da despesa onde sabemos que é necessário que os executivos camarários tenham uma boa gestão orçamental e a boa gestão orçamental faz-se claramente quando quer na receita quer na despesa nós conseguimos ultrapassar pelo menos 85% daquilo que nos comprometemos a fazer em orçamento, portanto, aquilo que foi um compromisso orçamental no âmbito dessa aprovação no final das contas que ele se transponha pelo menos em 85% e constata-se que desde 2021 só houve aqui em 2024 no âmbito da receita que ultrapassou 87% mas nenhum dos outros ultrapassou o que vai levar aqui que estas contas aprovadas hoje e enviadas para a Direção Geral de Orçamento, que eles venham-nos perguntar porque já há pelo menos 5 anos que não conseguimos chegar aos 85% daquilo que foi preparado, daquilo

que foi planeado, o que significa que estamos a planear demasiado, estamos a fazer orçamentos muito elevados e depois não os conseguimos executar e é o que está aqui. --

Ressalva-se também daqui uma situação que eu acho que é bastante problemática que é no âmbito da execução da receita e da despesa principalmente no âmbito da despesa, muito, mas muito reduzida capacidade de executar despesa de âmbito capital. -----

O capital é o investimento, são as aquisições relacionadas com bens imóveis e aquisições. -----

Em 2023 ainda chegou muito próximo dos 60%, mas em 2025 esteve muito próximo dos 20%, a parte de investimento em capital, o que significa que se investiu claramente 90% na maior parte, em tudo, em despesa corrente, o que significa que é custos com pessoal, festas, festarolas e gasóleos e outras coisas e que, efetivamente em capital, que são coisas que ficam para o futuro não foi feito esse investimento. -----

Realça-se ainda uma situação que o grupo do Revisor Oficial de Contas já vem alertando há algum tempo que tem a ver com o imobilizado em curso, nós temos um conjunto de imobilizado em curso há muitos anos, são coisas que estão aqui paradas desde 2021, 23, 25 obras que não sabemos, e que existe um conjunto, ou seja, que não é totalmente fiel, é mais ou menos isto que o Revisor diz que todo o imobilizado da Câmara esteja devidamente registado. -----

Neste sentido, já fizemos uma contratação de uma Avença de mais uma pessoa pois só tínhamos a Piedade Colaço que fazia contabilidade e que fazia a parte do imobilizado, mais uma pessoa que só faz mesmo o imobilizado e que anda a identificar todo e qualquer imobilizado que o município tem no sentido de fazermos isso. -----

Também há um trabalho aqui com a Vereação no sentido de quando chegar a nova Chefe de Divisão verificarmos todas estas obras que estão em curso há muitos anos, verificar que elas efetivamente são para terminar ou aquelas que são para fechar e instalar no imobilizado de acordo com o que estão. -----

Eu era só isto que vos queria transmitir, não tinha assim mais nada, se houver alguma pergunta que eu saiba responder, procurarei porque o documento é muito extenso. -----

Só dizer também que efetivamente o ano de 2025 é apresentado um prejuízo de cerca de 352 mil euros do exercício, que vai para resultados transitados e há um superávit orçamental, ou seja, a relação entre o que foi cobrado a nível de receita e aquilo que foi gasto de cerca de 4 milhões de euros, 4 milhões e qualquer coisa de euros, portanto eram só estas informações que eu queria dar Senhora Presidente." -----

Proseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo registado as inscrições dos deputados Francisco Abreu, Amândio Pereira, Ana Guerreiro, Diogo Lança, Fábio Batista e Tiago Encarnação. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputado Francisco Abreu**, que proferiu o seguinte: -----

“Independentemente de tudo o que possa dizer e que já foi dito e se queira fazer passar a ideia do demérito da governação do anterior executivo do Partido Socialista, e por arrasto do órgão deliberativo, não posso deixar de citar alguns excertos do Relatório de Prestação de Contas Individuais de 2025, que contrariam precisamente essa versão. -----

Assim, nas páginas 4 e 5 do supracitado Relatório é referido que, e passo a citar: “(...) o Município desenvolveu a sua atividade no ano de 2025, tendo mantido o regular funcionamento nas diferentes áreas de atuação e demonstrado capacidade para investir nas pessoas e nos seus trabalhadores, bem como promover o apoio necessário à população, ao movimento associativo, às instituições de âmbito social, às Freguesias, ao Agrupamento de Escolas, aos Bombeiros Voluntários, ao comércio e ao restante tecido empresarial, aos estudantes, às famílias mais carenciadas e a todos quantos necessitam de

apoio, prosseguindo políticas de proximidade orientadas para a salvaguarda dos interesses da comunidade. (...) Importa, contudo, sublinhar que o atual Executivo Municipal apenas entrou em funções a 31 de outubro de 2025, (...) Ainda assim, foi possível assegurar a continuidade da ação municipal (...) mantivemos as boas práticas implementadas e promovemos os ajustamentos necessários, com o objetivo de melhorar (...) e reforçar a qualidade do serviço prestado à comunidade. (...)-----

Destaquei as palavras e expressões “*tendo mantido*”, “*demonstrado capacidade*”, “*prosseguindo*”, “*assegurar a continuidade da ação municipal*” e “*mantivemos as boas práticas implementadas*”, porque são sinónimos do bom trabalho realizado pelo executivo anterior e que o atual executivo em boa hora e em abono da verdade reconheceu. E ciente do conforto que a almofada financeira considerável que herdou do executivo anterior, lhe daria em termos de governação, de uma forma séria, realista e consciente, utilizou estes termos na redação do presente Relatório, cuja Prestação de Contas reporta, essencialmente, ao último ano de governação do Partido Socialista, dado que o PSD só entrou em funções a 31 de outubro de 2025.-----

E finaliza a parte da Introdução do Relatório, referindo que, e passo novamente a citar: “*(...) a Autarquia manifesta o seu reconhecimento e gratidão a todos os que, com empenho, profissionalismo e dedicação, contribuíram de forma decisiva para os resultados alcançados, sendo, assim, o verdadeiro garante do êxito da ação municipal. (...)*”. E aqui volto a dar ênfase à expressão “*o verdadeiro garante do êxito da ação municipal*”, recordando mais uma vez que esta “*ação municipal*” a que o atual executivo conscientemente valida como êxito, foi realizada maioritariamente sob a égide do Partido Socialista.-----

Ora estas são, efetivamente, palavras de reconhecimento e valorização do trabalho que o anterior executivo do Partido Socialista realizou e do legado sustentado que deixou e desmontam por completo a narrativa da ineficácia governativa que alguns, aqui nesta casa, têm pretendido fazer passar. Mérito para o atual executivo, que com estas sábias, honestas e realistas palavras, teve a hombridade de reconhecer o trabalho dos seus antecessores e as sólidas bases que lhe foram deixadas para desenvolverem o trabalho a que se propõem fazer, logicamente com outras ideologias, outras opções e outras prioridades, que a seu devido tempo serão avaliadas.-----

Ainda em relação a esta Prestação de Contas de 2025, que, repito e assumindo o risco de me tornar repetitivo, reportam fundamentalmente ao último ano de governação do Partido Socialista, não posso deixar de fazer uma referência muito especial relativamente ao Saldo de Gerência transitado de 2025 para 2026, fazendo uma reflexão séria e objetiva, em que os factos se sobrepõem às narrativas políticas.-----

Estamos a falar de um valor superior a 4 milhões e 200 mil de euros, mais exatamente 4 milhões, 257 mil e 045 euros e 18 cêntimos, que transitam para o orçamento do atual executivo PSD. Perante este número, surge a questão que já aqui foi ventilada numa das reuniões da Assembleia Municipal e que se tem pretendido fazer passar para a opinião pública: será que este saldo de gerência elevado representa uma deficiência na gestão financeira do anterior executivo?-----

A resposta é clara: NÃO. Um saldo de gerência desta dimensão não é sinal de má gestão, é, pelo contrário, um indicador de equilíbrio financeiro, prudência e capacidade de controlo da despesa. Significa que o Município teve capacidade de arrecadar receita, cumprir os seus compromissos e, ainda assim, manter uma margem financeira relevante para o ano seguinte, pese embora o facto de não ter conseguido realizar tudo aquilo a que se propunha, tendo, no entanto, deixado para quem lhe sucedesse “*(...) grandes projetos já iniciados, cuja concretização é fundamental para a coesão social, a qualidade de vida e a atratividade do concelho (...)*”, conforme consta na pág. 4 da Nota de Enquadramento das GOP.-----

Mais ainda, este saldo de gerência demonstra que havia liquidez disponível, capacidade de resposta e margem para investir. Não estamos perante uma autarquia

endividada ou asfiziada, como se tem pretendido, estamos perante uma autarquia com contas equilibradas e com recursos disponíveis para executar políticas públicas. -----

Aliás, a própria revisão orçamental a seguir apresentada vem confirmar precisamente essa realidade: o atual executivo recorre diretamente a esse saldo de gerência para equilibrar o orçamento e viabilizar a sua execução. E utiliza-o, e bem, porque precisa dele como base financeira para sustentar as suas decisões, de acordo com as suas opções e prioridades. -----

Em suma, o saldo de gerência transitado de 2025 para 2026, é a prova de que o Município de Almodôvar tinha estabilidade financeira herdada da gestão do executivo anterior, capacidade de gestão e margem para investir. E hoje, mais do que nunca e perante estes factos, fica evidente que se há margem para governar em 2026, ela resulta diretamente, e em boa medida, da boa gestão que foi feita pelo Partido Socialista até 2025. Os números assim o comprovam. E os números não mentem! -----

Se por um lado se pode argumentar que a existência deste saldo de gerência resulta de vários fatores, tais como atrasos na execução financeira de obras, procedimentos administrativos complexos, dependência de pareceres externos sem garantias de execução, etc., etc., também é factual que o equilíbrio financeiro é evidente, é talvez dos maiores, senão mesmo o maior, saldos de gerência desde há alguns anos. -----

Por outro lado, até podemos ver este Saldo de Gerência sob outro prisma: o anterior executivo do Partido Socialista, ciente de que era o seu último mandato e não havendo certezas, não poderia haver, sobre quem lhe sucederia, independentemente das cores políticas seriam sempre outras pessoas com outras ideologias, outras opções, outras prioridades, ... teve a prudência de priorizar deixar como legado uma almofada financeira muito considerável, e estamos a falar de mais de 4 milhões e 200 mil euros, para que quem lhe sucedesse pudesse ter uma base sólida para poder executar o que prometeu aos seus munícipes. A coisa pode perfeitamente ser vista sob este prisma. -----

Relatório do ROC (pág. 19 de 23) -----

Verificámos que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85%. -----

Alertamos que se a taxa de execução da receita se apresentar inferior a 85% durante, pelo menos, 2 anos seguidos (79% em 2023, 88% em 2024, 68% em 2025), implica que ao fim do segundo ano consecutivo se despoleta o alerta precoce de desvios, previsto no nº 3 do art.º 56º da Lei nº 75/2013, de 3 de setembro. -----

Resultado líquido negativo de 353.694€." -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Amândio Pereira** que se disse:-----

“É com muita honra que aqui estou, pela primeira vez em substituição de um colega de bancada, mas venho com a mesma determinação e fiel aos princípios que regem a nossa bancada do PSD, a de análise, fiscalização e apoio na construção do trabalho da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal e no desenvolvimento do nosso Concelho.

Bem, após analisar este documento das Prestação de Contas e sendo eu um pai de uma família numerosa, não poderia vir aqui e não falar sobre os temas que mais me tocam. -----

Se há bandeira que o anterior executivo do Partido Socialista gostava de agitar, era a da Ação Social e da preocupação com as famílias. Lendo o Relatório de Gestão que nos deixaram, vemos páginas cheias de boas intenções: fala-se em “sinalização de situações de extrema fragilidade”, em “Incentivo à natalidade” e até na submissão de uma candidatura ao “Observatório das Autarquias familiarmente mais responsáveis”. -----

Mas, caros colegas, a solidariedade não se faz com candidaturas a prémios nem com frases bonitas em relatórios. Faz-se com dinheiro no terreno. E quando olhamos para a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos de 2025, o cenário é de um abandono social absoluto: -----

1. O Falso Apoio à Natalidade e às Famílias Numerosas - A Câmara do PS quis ser reconhecida como uma autarquia 'familiarmente responsável', um selo que é particularmente caro às nossas famílias numerosas, que sou sócio. Para isso, inscreveu

no orçamento o projeto “MAF - Medidas de Apoio à Família (Incentivo à Natalidade)”, dotando-o com uma verba fortíssima de 120.000,00 euros, tendo executado 97.541,96€. Sabem quanto tinha sido gasto nos anos anteriores? 277.828,19€.-----

Depois falamos noutra Medida de Apoio à Família (Aquisição de Material Escolar) onde inscreveram 65.000,00€ para gastar com os nossos estudantes do concelho. Sabem quanto tinha sido gasto no ano anterior? 184.299,02€, uma diferença abismal que não se compreende. É de uma hipocrisia atroz promovermos prémios de responsabilidade familiar quando cativamos verbas de incentivo à natalidade que decrescem em mais de 50% de um ano para o outro.-----

2. Depois tivemos a Farsa da Ação Social Direta- O cenário repete-se na ajuda aos mais carenciados. Falando no 'Cartão Almodôvar Solidário', o PS previa gastar mais de 186.185,00 € para ajudar quem mais precisa. Execução? De 98% mas o que não dizem é que existiam dezenas de processos num dossier há mais de um ano à espera de serem aprovados inexplicavelmente e também não dizem que no ano anterior esta verba tinha sido de 352.546, 13€. Mais um corte de 50% noutra medida de ação social. -----

3. Falo ainda do Abandono no Parque Habitacional e, se a ajuda no dia-a-dia falhou, o que dizer do teto que abriga as nossas populações? Falam-nos da Estratégia Local de Habitação. O orçamento previa 500.000,00€ apenas para a rubrica de 'Reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação' (Estratégia Local de Habitação). Valor executado? Zero euros. O mesmo aconteceu com a construção de Habitação ao abrigo do mesmo programa (150.010,00€ previstos), que também não saiu do papel. -----

Recordo aqui ainda o Loteamento jovem da Aldeia dos Fernandes, projeto de 2016, com execução de 1,32%. O loteamento jovem do Rosário, já aqui fortemente reivindicado agora pelo Sr. Presidente da Junta que era Chefe de Gabinete no anterior executivo e que sabia portanto o que se passava, teve uma execução de 11,40%. -----

Estes eram projetos que poderiam ter sido importantes para fixar muitos jovens casais e ajudar as famílias mas não aconteceram. No meu caso fui para a Corte Zorrinho, sai de Almodôvar para ir para a Corte Zorrinho. E fiz muito bem e fui muito bem acolhido e gosto muito das pessoas. -----

Entretanto, encontramos outras rubricas, como o Cruzeiro na Ria Formosa com um valor executado de 31 mil e 860 euros de passeios de barco. -----

Foram estas prioridades meus senhores e minhas senhoras-----

Doloroso é também olhar para os fundos da própria autarquia destinados a reparações urgentes. O projeto específico para a 'Realização de obras em habitações de indivíduos/agregados familiares desfavorecidos' tinha uma dotação cabimentada de 42.000,00€. Havia dinheiro para tapar telhados, para arranjar casas de banho e dar dignidade aos mais pobres. O que fez a anterior gestão socialista? -----

Executou outra vez metade, 21.925,37€. Entretanto, vamos continuando a ler este documento e vemos que a FACAL passou de 441.834,00€ de investimento para 564.026,00€ em 2025. -----

Volto a dizer, foram estas as prioridades do executivo socialista!-----

Conclusão-----

Senhores Deputados, o balanço social de 2025 do Partido Socialista é um balanço de metades. Metade no apoio à natalidade, metade no Cartão Solidário, metade nas obras para as famílias desfavorecidas. -----

Foi por esta total insensibilidade prática, mascarada de discursos solidários, que a população de Almodôvar exigiu uma mudança de rumo. O atual executivo do PSD não herdou apenas contas bancárias; herdou o dever moral e urgente de colocar os fundos da Ação Social e da Habitação a funcionar de forma real na vida daqueles que durante 2025 foram deixados para trás e como eu ouvi no PSD e eu sou dessas frases “a gente não deixa ninguém para trás”. -----

Seguidamente foi a vez da **deputada Ana Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

“Eu como deputada da oposição no anterior mandato não deixaria neste momento, neste ponto Prestação de Contas, não deixaria de estar aqui porque eu acho que era importante dar também aqui a minha palavra.-----

Queremos em primeiro lugar recordar que este executivo do PSD tomou posse a 31 de outubro de 2025, portanto estas contas que nós estamos a fazer, 2025, que estamos a analisar são realmente do anterior executivo, do PS. -----

Gostaria de começar a minha intervenção por recordar que já na discussão do orçamento para o ano 2025 ficamos extremamente surpreendidos com o empolamento das receitas e consequentemente das despesas que nos era apresentado e, na altura, como em todos os anos, a bancada do PSD na altura na oposição, neste momento estamos no executivo, chamou a atenção para esse facto, ao que o Senhor ex-presidente, António Bota, respondeu sempre prontamente que não havia empolamento nenhum e que as coisas iriam ser mesmo assim. Iriamos ter mais receitas, iríamos ter mais capacidade de investimento, era agora naquele ano de 2025 que tudo iria melhorar seria um ano de viragem, deixaríamos de ter aquelas execuções miseráveis e o investimento necessário para o concelho, iríamos trabalhar muito mais e investir muito mais, naturalmente, em ano de eleições seria muito importante. -----

Bem, chegamos à análise sobre a prestação de contas de 2025 e afinal o que constatamos?-----

Mais do mesmo, a mesma incapacidade de investimento que se cifra em cerca de 22% do que era proposto e está também na página 18 do quadro 1, os Senhores deputados também podem analisar isso, aliás o executivo já tinha sido alertado várias vezes e já o Senhor Presidente da Câmara aqui o focou, alertado que esta situação pelas entidades competentes, referindo que este executivo socialista em todos os anos tinha executado menos do que estava estipulado ao nível do orçamento anual e das normas da boa gestão orçamental portanto, estávamos com um problema, e foram alertados várias vezes pela entidades que fazem essa análise. -----

A bancada do PSD sempre alertou a Assembleia para esta situação, estivemos sempre com um défice brutal no conjunto de investimentos estruturantes que o concelho necessitava e que tinham sido prometidos, ano após ano, sem nada concretizarem, temos projetos que foram feitos em 2016 e que ainda estão nas gavetas que não foram executados. -----

O ano 2025 seria diferente proclamou o executivo socialista e aplaudiram os Senhores deputados do PS e afinal decorrido o ano de 2025 o que fizeram? Foram investimentos miseráveis, nem Creche, nem Loteamento Empresarial, nem requalificação da Escola Secundária, aliás foi o que foi, nem requalificações urbanas, nem construção de habitação, nem repavimentações, enfim, em tudo que está à vista nem precisa um grande esforço para constatarmos evidência, por isso é que a população também fez a mudança. -----

Estivemos realmente a analisar os valores, receita e despesa, isto é, tivemos a oportunidade de fazer uma análise de execução orçamental este ano, ano de 2025, e tal como em todos os anos anteriores verificamos e é até referido no documento que o resultado líquido deste período é negativo num valor de 353.693,74€, portanto um valor negativo, na página 43, também está nesse documento. -----

Os gastos foram superiores aos anos de 2024, na página também 43. A receita global cobrada apresenta uma execução muito baixa no valor de 16,91% bem como as transferências de capital apresentam uma taxa de execução de apenas 22% naturalmente é muito pouco para um concelho, não é? -----

Assim, da receita orçamentada para a corrigir houve uma diferença de 10 milhões de euros, está na página 18 quadro 1 para quem quiser ir ver. -----

O que observamos é que realmente, só ao nível das despesas correntes é que tivemos uma percentagem de execução mais alta, o que nos indica que o executivo anterior sempre teve pouca intenção em realizar investimentos para o nosso concelho e

sempre deu mais importância às despesas correntes sem grande preocupação com o rigor que devia ter nestas despesas. De que serve termos orçamentos anuais com valores muito elevados, eu volto a dizer, já disse e volto a dizer novamente, para serem executados, mas que realmente não se concretizam os investimentos que são planeados.

O ano passado era assim porque era um ano eleitoral, queriam fazer mais mas, não conseguiram fazê-lo, por exemplo a construção da Creche só agora irá ser começada a sua execução mas já estava planeada desde o primeiro mandato que ganharam portanto há 12 anos atrás, tivemos de esperar cerca de 12 anos para iniciar a sua execução e mesmo com tanto tempo para pensarem o projeto já nos demonstra que não vai ser suficiente para as necessidades do concelho. Isto é importante que se diga.”-----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Diogo Lança** que questionou o seguinte:-----

“Senhora Presidente eu tenho duas intervenções, como prefere que faça uma e depois faça a outra, faça seguido? Vou fazer seguido.-----

Ao analisarmos o Relatório e Contas de 2025, não estamos apenas a olhar para números. Estamos a analisar o verdadeiro testamento político do anterior executivo do Partido Socialista. É aquilo que estes dados nos mostram, com total clareza, é a razão pela qual a população de Almodôvar disse "basta" nas últimas eleições autárquicas, confiando ao PSD a responsabilidade de liderar o concelho.-----

Os municípios perceberam bem que era urgente mudar. E este documento é prova disso.-----

Falar de juventude, empreendedorismo e captação de investimento em 2025, sob a gestão socialista, é falar de ausência. De promessas sem concretização. De oportunidades perdidas.-----

Vejamos:-----

Primeiro - o abandono dos jovens empreendedores.-----

Durante anos ouvimos discursos sobre retenção de talento. Mas quando analisamos a execução orçamental, encontramos a realidade: o "Programa de Apoio ao Empreendedorismo do Concelho de Almodôvar", já com uma verba simbólica de apenas 10.000 euros, teve uma execução de zero euros. Nem um único cêntimo foi investido nos jovens que queriam criar o seu próprio futuro. Eu fui exemplo disso, eu beneficiei desse apoio e por ter uma posição diferente e pensar de maneira diferente fui excomungado nas redes sociais por o anterior Presidente da Câmara.-----

Segundo - a miragem das infraestruturas empresariais.-----

Não se atraí investimentos sem condições. Não se fixam empresas sem planeamento e execução. Projetos como a Área de Acolhimento Empresarial em Gomes Aires ficaram aquém do necessário, com limitações evidentes e sem a concretização estrutural que o concelho exigia. Outros loteamentos empresariais ficaram, também eles, no papel. Promessas sem obra.-----

Terceiro - O Orçamento Participativo Jovem.-----

Uma boa ideia, sem dúvida. Uma iniciativa que podia aproximar os jovens da vida cívica e dar voz às suas propostas. Mas o que aconteceu realmente? Está aqui presente um jovem que apresentou o seu projeto, muito bem, que até ganhou, o que é feito desse projeto? Que é feito pergunto eu?-----

Caros colegas,-----

Uma terra que não investe na sua economia e que ignora o potencial da sua juventude é uma terra que se condena à estagnação. Pensem nisto.-----

Foi precisamente este ciclo de inércia, de propaganda sem resultados e de falta de compromisso que os municípios rejeitaram nas urnas o PS a governar a nossa autarquia.

O mandato que o povo de Almodôvar confiou ao PSD é exigente, mas é inequívoco: - Reconstruir a economia local.-----

Apoiar verdadeiramente o empreendedorismo.-----

E devolver aos jovens razões concretas para ficarem, investirem e construírem aqui o seu futuro.-----

Este relatório mostra o passado que ficou para trás.-----

Cabe-nos agora, com responsabilidade e ação, construir o futuro que Almodôvar merece.-----

Posto isto por falar em futuro.-----

Temos ouvido repetidamente nas outras sessões realizadas, por parte da bancada do partido socialista, um discurso triunfalista sobre o suposto investimento histórico que este Executivo fez na Educação e na requalificação do edificado escolar do nosso concelho, chegando a ficar indignados quando o nosso Presidente mostrou em imagens o estado em que o mesmo se encontrava e saltaram logo em defesa da honra falando por exemplo nos excelentes projetos da Requalificação das Escolas de Santa Clara-a-Nova, Aldeia dos Fernandes e Rosário.-----

Dizem-nos que a educação foi uma prioridade. Mas, em política, as palavras levam-nas o vento; o que fica são os factos, os números e as obras no terreno. E os documentos de Prestação de Contas de 2025 que hoje aqui votamos contam uma história radicalmente diferente. Contam a verdadeira história de um colapso no investimento educativo.-----

Comecemos pelo panorama geral. Se formos ao mapa da Despesa por Classificação Orgânica, verificamos que na rubrica de "Educação" (0104) estava prevista uma dotação de mais de 8,6 milhões de euros.-----

Sabem quanto é que a Câmara efetivamente pagou e executou ao longo de todo o ano de 2025? Apenas 2.1 milhões de euros.-----

Estamos a falar de uma taxa de execução de uns míseros 24% arredondados. Prometeram quase 9 milhões para a educação, mas falharam a entrega de 75% desse valor.-----

Foi esta a vossa prioridade?-----

Mas o maior escândalo destas contas é que o Executivo socialista andou a tentar esconder debaixo do tapete, o desastre da "Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. João de Brito Camacho" que tanto foi proclamada que tanto foi discutida.-----

Pior do que não executar, foi a vergonha de perdermos os fundos europeus.-----

Infelizmente, a paralisação estende-se ao resto do parque escolar. Onde estão os novos equipamentos que anunciaram?-----

- Para a Criação de espaço de creche infantil, como já aqui foi referido, estavam previstos 2.6 milhões de euros no ano de 2025. Execução quanto foi? Zero por cento ----

- Para a Ampliação do Jardim de Infância de Almodôvar, a taxa de execução, foi um bocadinho mais alta, ficou-se pelos 11,77%.-----

Senhores deputados, este Relatório de Gestão lista, na área da Educação, dezenas de "atividades" imateriais: o acompanhamento das redes, a monitorização do portal do associativismo, as idas às reuniões e a elaboração de documentação. Tudo isso é importante, sim. Mas não confundam burocracia e gestão corrente com investimento estrutural.-----

A realidade nua e crua, espelhada nas vossas próprias tabelas financeiras, é que as obras estruturais nas escolas de Almodôvar em 2025 foram um fracasso absoluto.-----

Dizer que se fez "muito" pelo edificado escolar de Almodôvar, no ano em que devolvemos mais de 1,2 milhões de euros da nossa Escola Secundária, não é apenas um exagero político, é faltar ao respeito, à inteligência dos nossos municípios e das nossas famílias. Como querem que Almodôvar acareie pessoas, apoie a natalidade se depois a base falha, connosco isso não vai acontecer.-----

Sabem, no passado dia 23 de abril, a Assembleia Municipal, realizou a Assembleia Municipal Infantil e as nossas crianças vieram dizer o que verdadeiramente se passa no edificado escolar que, ficou de vossa herança, sendo que termino a minha intervenção a

ler o que nos pediram e que depois, espero que cada membro da bancada socialista faça o seu próprio exame de consciência.” -----

O **deputado Diogo Lança**, leu as cartas remetidas pelos alunos do 4.º ano da Escola do Rosário e da Escola Básica da Aldeia dos Fernandes, cujo teor, respetivamente, se transcrevem: -----

“Olá, Sr. Presidente, -----

Nós somos os alunos do 4.º ano da Escola do Rosário e estamos a escrever esta carta porque gostamos muito da nossa escola, mas precisamos da sua ajuda para a tornar ainda melhor. -----

Como sabe, em Almodôvar faz muito calor. No recreio, quase não temos sombras para brincar ou para descansar um bocadinho quando estamos cansados de correr. Às vezes o sol está tão forte que nem conseguimos aproveitar o intervalo. Por isso, queríamos pedir se podiam colocar algumas sombras, colocando (velas, coberturas) em alguns locais do nosso recreio. -----

Outra coisa importante são as nossas mochilas. Elas são muito pesadas e temos de carregar tudo de um lado para o outro. Se tivéssemos cacifos na escola, podíamos guardar lá os nossos livros e materiais. Assim, as nossas costas não ficavam a doer e as nossas coisas ficavam mais bem arrumadas. -----

Prometemos continuar a estudar muito e a cuidar bem da nossa escola! -----

Ficamos à espera de uma resposta sua. -----

Com muitos abraços, -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

No âmbito das competências dessa Autarquia no que respeita à manutenção e requalificação do parque escolar, venho por este meio submeter à consideração de V. Exa. um conjunto de intervenções consideradas prioritárias para assegurar condições adequadas de segurança, salubridade e qualidade no ambiente educativo. -----

Após avaliação das atuais condições das instalações, foram identificadas as seguintes necessidades: -----

- Reparação urgente do telhado, devido à existência de infiltrações, que comprometem a integridade dos espaços e dos materiais pedagógicos; -----

- Pintura geral da sala de aula, tendo em vista a melhoria das condições de salubridade e do ambiente educativo; -----

- Substituição da porta exterior de uma sala de aula, a qual não garante o isolamento térmico e impermeabilização necessários, permitindo a entrada de vento e águas pluviais; -----

- Instalação de um toldo no parque infantil, bem como a renovação/reforço dos respetivos equipamentos, garantindo melhores condições de segurança e utilização; -----

- Colocação de um toldo na entrada da escola, de forma a assegurar a proteção dos alunos e da assistente operacional durante o período de acolhimento; -----

- Instalação de rede de proteção no pátio escolar, com vista a impedir a nidificação de andorinhas, situação que levanta preocupações ao nível da higiene e saúde pública; -----

- Colocação de gradeamento na zona posterior de uma das balizas, com o objetivo de reforçar a segurança nas atividades desportivas; -----

- Instalação de mesas e bancos no jardim lateral, promovendo a utilização pedagógica do espaço exterior para lanches e atividades educativas; -----

- Construção de uma sala destinada a terapias, fundamental para assegurar respostas adequadas no apoio a alunos com necessidades especiais; -----

- Substituição do pavimento da sala de aulas de maiores dimensões, cujo estado de degradação compromete o conforto e a segurança. -----

As intervenções acima descritas revestem-se de carácter prioritário, na medida em que impactam diretamente o bem-estar, a segurança e a qualidade do processo educativo. -----

Face ao exposto, solicita-se a melhor atenção de V. Ex.ª para a análise desta situação e eventual inclusão destas necessidades em plano de intervenção a curto/médio prazo. -----

Os alunos da Escola Básica da Aldeia dos Fernandes” -----

Meus amigos terminando a minha intervenção pergunto-vos, em que ficamos? -----

Continuando, tomou a palavra o **deputado Fábio Batista** que referiu “uma Câmara Municipal não se pode gerir apenas para a sede do concelho, o verdadeiro desenvolvimento de Almodôvar mede-se pela forma como tratamos as nossas aldeias, as nossas freguesias, o nosso mundo rural e quando folheamos o plano plurianual de

investimentos que o anterior executivo do Partido Socialista executou em 2025 o que vemos não é apenas desleixo é um autentico desrespeito pelas populações das nossas Freguesias.-----

A bancada socialista dirá com certeza que cumpriu com as transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, e ainda bem que o fizeram, era a sua obrigação legal e protocolar mas convém lembrar ao PS que as Juntas de Freguesia não têm capacidade financeira nem competência para executar grandes empreitadas de saneamento, estradas municipais ou loteamentos, esse trabalho pesado competia à Câmara e aí, a herança que o PS nos deixou nas freguesias é um cenário de obras paradas e promessas a zero. Prometeram às populações que iam asfaltar e melhorar as ligações entre as nossas freguesias vamos aos números oficiais da vossa execução.-----

Para a pavimentação entre a Santinha e a Estrada Militar, na Freguesia de Gomes Aires, zero euros executados.-----

Para benefício do caminho ente a Ponte da Abobada e Gomes Aires, zero euros-----

A Freguesia de Gomes Aires ficou completamente esquecida.-----

Para a pavimentação da estrada de Santa Cruz ao concelho de Loulé zero euros.-----

Andaram anos a prometer estradas às populações rurais nos papéis do orçamento e quando olhamos às raras obras, que saíram do papel, das freguesias, o cenário é de paralisia total, atestado no anexo às vossas próprias demonstrações financeiras.-----

O tão aguardado Centro de Gomes Aires que não arrancou, como o relatório do PS admite, falta 30% do valor do contrato projeto. Prometeram-se Lares e Centros disto e daquilo, mas não se acautelaram os financiamentos, aliás perderam em 2013, após se instalarem na Câmara Municipal, porque ele estava garantido.-----

A Freguesia de Gomes Aires ficou completamente esquecida.-----

A requalificação urbanística em Santa Clara-a-Nova e a Escola Primária arrastaram-se penosamente como obras em curso há mais de 2 anos paralisadas, devido a divergências entre o município e o empreiteiro, quem sofreu com a incapacidade de gestão e fiscalização da Câmara foi a população de Santa Clara.-----

O esquecimento prologou-se aos cuidados básicos de saúde e à captação de jovens para as aldeias.-----

Para atrair jovens para a Aldeia dos Fernandes anunciaram a criação de um Loteamento Municipal com uma verba de 220 mil euros, mais uma vez taxa de execução 0%;-----

Rede de saneamento, ETAR de Gomes Aires e Aldeia dos Fernandes tudo cativado, tudo a zero.-----

Senhores deputados, Senhores Presidentes de Junta aqui presentes o Partido Socialista achou que bastava transferir umas verbas de funcionamento para as Juntas para pacificar as freguesias enquanto abandonava por completo o investimento estrutural que era da sua inteira responsabilidade.-----

Foi exatamente essa sobrançeria que este esquecimento crónico de quem vive fora da vila que o povo penalizou nas urnas nas últimas eleições autárquicas.-----

O novo executivo do PSD sabe bem ao que vem, não aceitamos concelhos a duas velocidades, vamos pegar nestes projetos fantasmas que o PS deixou a zeros resolver os litígios com os empreiteiros e garantir às nossas Freguesias que voltam a ter obras no terreno, estradas dignas e postos de saúde que merecem.-----

Por aqui me fico e será talvez a última vez que falo do passado porque agora só quero olhar para o futuro e ajudar a resolver o que o Partido Socialista deixou por fazer.”-----

Foi dada novamente a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que pronunciou o seguinte:-----

“Depois destas intervenções que aqui foram feitas pelos Senhores deputados do Partido Social Democrata pintando um quadro negríssimo da situação até parece que vivemos no tempo das trevas.-----

Tomei aqui algumas notas, nem todas, porque há aqui alguns números que não tenho não podia contestar mas quando se começou por falar na questão da bandeira dos apoios sociais, não sei se é este nome que se chama, do *município familiarmente responsável*, na falta dos apoios que foram dados pelo Partido Socialista devo lembrar que o PSD mal entrou em funções recebeu logo uma bandeira julgo que é esta de inclusão ou do apoio social ou do município familiarmente responsável, logicamente, que não foi pelo trabalho que fizeram ao fim de 2 ou 3 dias ou 1 semana ou 2 que tiveram, foi do trabalho feito anteriormente.-----

Falou-se aqui também do apoio aos alunos, como é que é possível falar na falta ou na carência de apoio aos alunos, os alunos foram sempre apoiados desde o jardim-de-infância. Havia apoio para aquisição de material escolar, havia apoio aos encarregados de educação na aquisição dos manuais, valores esses que eram gradualmente em função do nível de ensino. Depois também as próprias escolas que a Câmara fornecia materiais para uso direto, para uso diário das escolas, lápis, borrachas, esferográficas, cartolinas, todo o tipo de material que é necessário para uma escola, fotocópias, tudo o que era necessário. Por falar em fotocópias, equipamentos novos que foram instalados, fotocopadoras novas recentes que foram instaladas na escola.-----

Falou-se também aqui, se há coisa que o Partido Socialista fez foi o apoio aos estudantes, até os próprios transportes e tudo o mais, bolsas de estudo e, alargou até o leque das bolsas de estudo.-----

Fala-se depois também naquela questão da Creche, é claro houve um atraso, houve aqueles problemas todos com a Creche, mas o atraso agora último da Creche, julgo eu, pelo conhecimento que tenho e, se assim não for corrijam-me, está agora no Tribunal de Contas e penso que provavelmente já pronto também a arrancar.-----

Fala-se também como se fosse uma grande coisa do resultado líquido negativo de não sei quantos mil euros, o ano passado essa questão foi colocada à representante do ROC, acho que era uma Senhora, que esteve a explicar isso, ela explicou, clarificou porquê que isso se deve, de alguns anos a esta parte, resultados líquidos negativos que a maioria das Câmaras têm. Ela deve-se essencialmente a uma nova regra da contabilidade pública, que têm a ver muito em função das depreciações e foi aqui explicado. A Senhora representante do ROC explicou e também explicou que os avisos, o ano passado passamos aqui esse aviso da questão da execução, quando são 2 anos consecutivos em que a execução é inferior a 85% e que daí não resulta, digamos, não vem mal ao mundo, pode implicar alguns atrasos, alguns problemas, alguns obstáculos na execução, mas daí não vem mal ao mundo.-----

Depois como é que é possível falar na requalificação das escolas. As escolas do concelho de Almodôvar, quando se fala em parque escolar sejamos claros, o parque escolar são as escolas que estão em funções, os estabelecimentos que estão em funções não são as escolas que estão desativadas há muitos anos. As condições atuais das nossas escolas e jardins-de-infância do concelho de Almodôvar são excelentes e as condições que o Senhor deputado Diogo Lança aqui veio trazer dos miúdos, os miúdos pedem sempre este mundo e o outro, nem os colégios privados têm condições como aquelas que nós temos nas nossas escolas.-----

(O deputado Diogo Lança falou e questionou o deputado Francisco Abreu se considerava os contentores boas infraestruturas para as nossas crianças quando inclusive chove lá dentro)-----

Os contentores não sei se chove lá dentro, os contentores foi uma solução temporária que se está a criar devido ao aumento exponencial e muito alto que se criou.

Recordo, eu quando estava na escola havia 6 turmas no 1.º Ciclo aqui em Almodôvar, havia uma sala livre em cada um dos blocos, 6 turmas e, em 2 ou 3 anos passou para 10 turmas, foi um aumento não digo brutal se calhar falta-me outra palavra.-----

As condições de equipamentos pedagógicos dentro da sala com que a Câmara equipou são excelentes, quadros interativos de última geração, foi instalada uma fotocopiadora nova, temos excelentes equipamentos, as condições das salas, é claro há uma ou outra que devido a este inverno rigoroso que assolou em todo o lado até nas nossas próprias casas, com coisas que nós nunca pensávamos mas elas aconteceram mas, as condições das nossas escolas por favor não me venham cá falar em deficientes condições das nossas escolas e atenção, que fique claro, o parque escolar são as escolas que estão em atividade. -----

É claro que a Escola Secundária é uma situação que é por demais conhecida de toda a gente, aliás o próprio Presidente durante a campanha eleitoral disse que teria uma solução bastante rápida para a Escola Secundária. -----

Todos sabemos depois, que entretanto as coisas se alteraram a nível do projeto, havia coisas que não se sabia na altura e depois entretanto mudaram, julgo que com as fases da candidatura que vieram a acontecer, mas a Escola Secundária é um problema grave que todos temos, que é por demais conhecido e não vale a pena estar a dar o exemplo da Escola Secundária como seja o exemplo do parque escolar porque não isso não acontece. -----

Na escola do Rosário, vem falar da escola do Rosário, os miúdos pedem este mundo e o outro, a escola do Rosário foi uma das escolas onde foi mais investimento feito, foi feita uma cantina, foi lá criado um relvado sintético no campo de jogos, as sombras era o que estava previsto fazer posteriormente, mas a escola tem umas condições excelentes, eu fui lá muitas vezes e sei as condições que a escola do Rosário tem, tal como também em Aldeia dos Fernandes. -----

E, já agora, que falaram em tudo o que não se fez também poderiam ter falado nalgumas coisas que foram feitas e algumas coisas foram feitas e, quando o Senhor Presidente de Junta, o senhor deputado Fábio falou nas Freguesias deu uma ideia de abandono das freguesias e foi por isso que penalizaram o PS até devo recordar que o PS até nas Freguesias é que ganhou, o PS perdeu as eleições foi aqui na vila, nem sequer foi nas Freguesias. -----

(houve um dialogo com o deputado Fábio Batista que é impercetível) -----

Pode não se ter feito muitas coisas mas não pintem um quadro negro, não voltem ao tempo das trevas porque isso não é verdade. -----

Tomou outra vez a palavra o **deputado Diogo Lança** que referiu “queria só deixar aqui uma ressalva, quando este executivo entrou, houve logo uma chuvada enorme, penso eu a 15 ou 16 de novembro em que chovia praticamente em todo o parque escolar e inclusive nos contentores onde estava o jardim-de-infância instalado e numa sala da Escola Primária. -----

O Presidente já mostrou toda esta situação na Assembleia anterior, salvo o erro, onde todos nós os Almodovarenses verificamos realmente o que se passava com o parque escolar. -----

Eu não acho mal que o Senhor deputado Francisco Abreu venha aqui salvar a sua honra porque esteve lá compactuando, desculpe a expressão, eu já não sei como é que ei-de dizer, compactuar, já nem sei como ei-de tratar esta situação, porque o Senhor deputado na última vez ficou um bocado ofendido comigo com a forma como eu redigi esta palavra mas, realmente é verdade, o Senhor esteve envolvido com o executivo do Partido Socialista onde aprovou todas estas obras e não obras e orçamentos, é verdade, senhor deputado isto aconteceu, é verdade e isso ninguém pode desmentir. -----

Em relação à questão das escolas da Aldeia dos Fernandes e do Rosário não fui eu que escrevi aqueles textos, o Senhor deputado com as suas palavras está a dizer que as crianças estão a mentir, isto é grave, as crianças não estão a mentir as crianças não mentem e as crianças fizeram 2 pedidos ao nosso Presidente do município onde pedem aquelas situações.” -----

Por último interveio o **deputado Tiago Encarnação** que iniciou por dizer que “Gostaria apenas de fazer um ou dois reparos muito curtos. -----

Inicialmente para o Senhor deputado Amândio, seja bem-vindo aqui pela primeira vez e ainda bem que esses valores destinados à ação social que mencionou não foram executados na sua totalidade. Como referiu, trata-se de verbas para apoio social e, quanto menor for a sua execução significa que o número de pessoas em situação de carência no concelho também diminuiu, eu penso que isso é lógico. -----

Se, em anos anteriores, a execução foi mais elevada, isso significa que houve uma necessidade de intervir e que o apoio foi prestado quando necessário. O facto de essa necessidade ter diminuído é por isso, um indicador positivo.-----

Mais uma vez, Senhor deputado, o seu próprio relatório acaba por corroborar um pouco da boa gestão do que foi o Partido Socialista na altura. -----

Relativamente ao Senhor deputado Diogo Lança, dizer-lhe apenas que tenho 2 perguntas para o senhor deputado e, já agora, uma opinião pessoal, -----

É um pouco baixo utilizarem uma intervenção educativa das crianças, para propaganda política -----

Permita-me ainda referir, a propósito do Orçamento Participativo Jovem, que mencionou, e bem, fui eu e mais duas amigas minhas que participámos, fomos os 3 e isso acabou por ser discutido em sede própria com o próprio executivo da altura e eu próprio enquanto também membro da Juventude Socialista. Manifestei o meu desagrado e isso ficou bem claro, mas também não houve uma quebra de confiança no executivo relativamente a essa questão.-----

Faço aqui também apenas uma ressalva para este executivo é que o possam por em prática, seja ele Orçamento Participativo Jovem ou como temos aqui no concelho vizinho, em Castro Verde, que ainda é mais do que jovem acaba por ser um pouco mais inclusivo e com verbas ainda maiores, seja o projeto que tinha sido aprovado na altura e que agora possa ser posto em prática e ainda melhorado.-----

Relativamente a este assunto o **Presidente da Câmara** aclarou o seguinte: -----

“Senhor deputado Francisco Abreu, para utilizar os termos económicos temos que os saber utilizar, quando falamos de resultado líquido é uma coisa quando falamos de excedente orçamental são coisas completamente diferentes. O excedente orçamental não significa que ficaram 4 milhões como não significa que faltaram 300 e tal mil euros no resultado líquido porque temos as provisões. -----

Mas eu entendo que poderão estas expressões ser difíceis de identificar. Dizer-lhe só que efetivamente o executivo do Partido Socialista deixou cerca de 6 milhões de euros nos cofres isso é que interessa, está lá 6 milhões de euros mas, deixou uma Creche para ser paga com crédito bancário de 3 milhões de euros, deixou uma das mais caras obras de Padel e de Court de Ténis, temos estado com um esforço enorme, que começou em 700 mil euros e deve chegar a 1 milhão de euros, que até Ar Condicionado tinha, deixou a obra da Escola Secundária que muito possivelmente será uma nova escola que é o que está previsto, já falamos nisso mais à frente, custará na ordem do 7/8, 9 milhões de euros e só teremos 4 milhões do apoio do Estado, entre outras, muitas outras, estradas, caminhos caídos, não deixar dinheiro não é significado, eu já lhe disse isto, não vale a pena estar a repetir, já disse isto noutras ocasiões, nós naturalmente que temos de defender onde estávamos e eu entendo perfeitamente agora, as defesas sem pensar em tudo, ir buscar trechos de um textozinho do relatório levávamos aqui até às 6 da manhã e eu ia buscar mais 30 ou 40 trechos onde não dizem exatamente a mesma coisa. -----

Dizer que no âmbito das áreas sociais nós estamos mesmo a fazer a diferença não nos interessa as bandeiras, há uma bandeira que esta Câmara tem que só tem porque paga as quotas da Associação, se calhar os senhores não têm conhecimento disto, há uma bandeira, paga-se a quota e eles dão-nos a bandeira, se não pagarmos a quota eles não nos dão a bandeira é assim que se chega a uma das bandeiras. Nós efetivamente estamos a alterar as normas que existiam das bolsas de estudo, pois não permitia, por

isso é que nós recusámos os estudantes que estavam no ensino privado e vão passar a estar, vamos criar um cartão municipal para facilitar os nossos utentes que vão à farmácia e utilizam o comércio local e para potenciar o comércio local entre outras e muitas outras situações. -----

O Senhor deputado Tiago Encarnação penso que poderá não ter, acho que isto já veio no outro orçamento, nós este ano não vamos fazer Orçamento Participativo porque vamos fazer a obra que estava prevista no Orçamento Participativo anterior eu já tinha referido isso. Quando fala de Castro Verde convém a gente também falar de tudo, nós estamos a ser solicitados, já o anterior executivo era solicitado e aceitou e muito bem, nós também vamos aceitar, alunos de Castro Verde que têm de ir para a universidade que a Câmara não ajuda, nem os bilhetes, nem o autocarro os leva para lado nenhum, não podemos olhar assim para os outros concelhos, olhar ali para o lado e dizer só as partes que nos interessam, temos que olhar ao resto, efetivamente Almodôvar já há muitos e muitos anos que apoia em muito a Ação Social, grande parte destas medidas já vinham do executivo do PSD. -----

Quanto à questão da Creche, que foi solicitada há pouco, informar que começa segunda-feira dia 4, já foi resolvido o problema. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, supra identificada, tendo a Assembleia Municipal, por **maioria**, com 17 votos a favor (PSD/PS/UPF) e 6 abstenções (PSD) **deliberado, aprovar, a Prestação de Contas de 2025, Relatório de Gestão e demais documentos que a integram**, elaborados no âmbito do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, documentos, estes, que fazem parte integrante do presente texto, e ficam arquivados na pasta anexa, ao livro de atas. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

A deputada Ana Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

“Esta prestação de contas do ano de 2025 reflete o que encontramos realmente quando entramos na Câmara Municipal de Almodôvar. Analisar este grande documento foi olhar para o retrato de um ano de oportunidades perdidas e de uma profunda incapacidade de execução do anterior executivo. O executivo socialista apresentou-nos uma poupança corrente de 2 milhões de euros como um troféu mas temos o dever de traduzir o que estes números realmente significam para a vida das pessoas de Almodôvar e a realidade é muito menos risonha. O dado mais gritante deste relatório é a taxa de execução de despesas de capital apenas de 20%, como já tinha referido. -----

O anterior executivo do PS prometeu aos munícipes um plano de investimento de mais de 15 milhões de euros, mas na prática concretizou apenas 3 milhões, trata-se de uma falha de 80%. Onde está a execução das obras prometidas? O anexo às demonstrações financeiras expõe a verdade, temos obras em curso há mais de 2 anos completamente estagnadas; -----

Alguns exemplos, o Centro de Apoio em Gomes Aires não avançou por falta de 30% de financiamento, a requalificação em Santa Clara-a-Nova arrasta-se por divergências com o empreiteiro e enquanto a Câmara culpou o Tribunal de Contas pelo atraso na Creche Municipal, a verdade é que dezenas de projetos estruturais não saíram sequer do papel. Mas o ponto mais grave e ruidoso deste mandato ocorreu na rubrica das transferências de capital, refiro-me à rescisão do contrato de financiamento do PRR para a requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. João de Brito Camacho, estamos a falar da perda de uma operação orçada em quase 6 milhões de euros, pior que não executar é ter que devolver também 1 milhão e 250 mil euros que já tinham sido adiantados pela tutela. -----

O executivo socialista falhou redondamente com a comunidade escolar de Almodôvar perdendo o comboio europeu da bazuca que outros concelhos vizinhos souberam muito bem aproveitar como o concelho de Castro Verde. -----

O executivo do PSD está a correr atrás do prejuízo e a tentar resolver estes grandes problemas que nos deixaram. -----

Como é que se explica que a Câmara não consiga executar obra, mas seja tão eficiente a cobrar impostos e aumentar as despesas de funcionamento? -----

Em 2025 a cobrança da Derrama disparou mais de 152%, do outro lado, o peso da máquina administrativa continuou a engordar, os gastos com pessoal ultrapassaram os 7 milhões de euros, representando mais de 50% de todas as despesas correntes do município; a Câmara gastou quase 96% do que previa em despesas de funcionamento, mas apenas 20% no investimento, volto a frisar 20% no investimento, fomos uma autarquia refém da gestão corrente e sem investimento de capital. -----

Por fim, este relatório não consegue esconder as deficiências de gestão que desaguam em prejuízos, o município de Almodôvar encerrou o exercício com o resultado líquido negativo, que já falámos, paralelamente o município acumulou dezenas de processos de contraordenação e litígios, desde multas pesadas aplicadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados até processos com a ERSAR, a CCDD e a ASAE. A desorganização administrativa custou muito dinheiro aos contribuintes de Almodôvar. -----

Em suma, caros Senhores deputados do Partido Socialista que governou Almodôvar durante 12 anos, contas certas na tesouraria nunca significaram contas certas com a população e isso foi bem visível nesta prestação de 2025, graças à população a última que nós vamos aqui analisar. -----

A vossa gestão em 2025 limitou-se a pagar salários, gerir o dia-a-dia e cobrar impostos às empresas, falhando redondamente naquilo que era essencial: construir futuro, investir nas Freguesias e modernizar a nossa escola secundária. -----

Mas fiquem descansados que o PSD entrou para fazer o que não foi feito, portanto, alguns de nós votamos a favor, a maioria votamos por abstenção, apenas e tão só porque finalmente podemos encerrar este capítulo de desgoverno do PS e, através do executivo do PSD queremos mudar o rumo e o caminho do nosso concelho a partir de investimentos e de mais desenvolvimento.” -----

O deputado Francisco Abreu, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Ao analisar a Prestação de Contas de 2025, torna-se evidente que a narrativa que se tem pretendido fazer passar para a opinião pública de que se encontrou uma Câmara com uma situação financeira deteriorada, um município *“todo abandonado e ao abandono”*, não corresponde minimamente à realidade dos números apresentados neste Relatório. Bem pelo contrário, os dados oficiais agora aqui apresentados, dão uma imagem dum autarquia financeiramente estável, com capacidade de gerar receita, controlar despesa e manter liquidez significativa.-----

Desde logo, importa destacar que a receita total cobrada atingiu mais de 21,3 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 7,5% face ao ano anterior. Este aumento foi impulsionado sobretudo pelas receitas correntes, que apresentam uma taxa de execução de quase 97%, o que demonstra uma elevada capacidade de previsão e cobrança. Em particular, os impostos diretos tiveram uma execução superior a 98%, com destaque para o aumento muito significativo da derrama, o que evidencia dinamismo económico e capacidade fiscal do Município. -----

Também ao nível da receita própria, há um crescimento, ainda que moderado, atingindo mais de 3 milhões de euros, reforçando a autonomia financeira da autarquia, ou seja, não só o Município depende menos de transferências externas, como consegue gerar receita própria de forma consistente.-----

Do lado da despesa, verifica-se igualmente um cenário de controlo e equilíbrio. A despesa total executada foi de cerca de 17 milhões de euros, com uma taxa de execução de 54%, o que demonstra prudência na execução orçamental. Mais relevante ainda, a despesa corrente apresenta uma execução de quase 87%, garantindo o funcionamento regular dos serviços, pagamento e atualização de salários e apoio às populações, enquanto a despesa de capital ficou naturalmente condicionada por fatores externos, como atrasos em financiamentos e execução de projetos e obras que serão concluídas em 2026 e 2027.-----

Ainda assim, o Município cumpriu todos os limites legais de endividamento, muito longe de qualquer situação de risco financeiro. Aliás, a dívida a médio e a longo prazo tem vindo a diminuir, com uma redução significativa nos financiamentos bancários, fruto do cumprimento das amortizações. -----

Mas o dado mais revelador é o saldo de gerência: 4.257.045,18€ que transitam para 2026. Este valor não só demonstra liquidez, como prova que o Município tinha capacidade financeira disponível para investir e responder às necessidades da população. A isto soma-se um indicador fundamental de boa gestão: o prazo médio de pagamentos é (ou era) de apenas 5 dias. Isto significa que o Município paga atempadamente aos seus fornecedores, algo que é impossível numa autarquia em dificuldades financeiras. Perante estes dados, a conclusão é inequívoca: não havia indícios de colapso financeiro, não havia ausência de recursos. Havia, sim, uma gestão equilibrada, responsável e com capacidade de resposta.-----

Por outro lado, este relatório também expõe algumas fragilidades e decisões que podem agora ser exploradas. Desde logo, o próprio documento reconhece que o atual executivo apenas esteve em funções apenas cerca de dois meses, o que significa que praticamente toda a execução de 2025 é da responsabilidade do anterior executivo. -----

[Acho uma falta de educação uma pessoa estar a falar e estarem-se a rir acho que é uma autentica falta de educação e aliás esta foi uma das razões porque eu nunca quis fazer as transmissões, nunca fiz empenho em fazer as transmissões em direto. Vou continuar] -----

Ou seja, os bons resultados agora apresentados são fruto direto da gestão anterior do Partido Socialista, precisamente aquela que tem sido constantemente criticada e posta em causa.-----

Também ao nível das transferências de capital há uma quebra significativa, o que demonstra dificuldades na concretização de investimento financiado, algo que exige capacidade técnica e planeamento, precisamente aquilo que o novo executivo diz querer reforçar, mas que na prática terá de provar e que só o futuro dirá se o conseguirá concretizar. -----

Em suma, esta Prestação de Contas de 2025 desmonta e desmistifica totalmente o discurso político que se tem pretendido fazer passar para a opinião pública, relativamente às dificuldades financeiras herdadas. Bem pelo contrário, os números aqui apresentados neste Relatório de Gestão de Contas mostram uma Câmara com receita crescente, despesa controlada, dívida reduzida, pagamentos em dia e mais de 4 milhões e 200 mil euros em caixa e, como tal, não poderíamos deixar de votar favoravelmente a Prestação de Contas de 2025, a última Prestação de Contas que reporta essencialmente à governação do Partido Socialista.” -----

C.2 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026: -----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e elucidou que “ estas Grande Opções do Plano são um documento de planeamento que define as prioridades políticas, os investimentos, os objetivos económicos, sociais, culturais, ambientais que a autarquia se propõe realizar em 2026 mas não é um documento fechado e surgem por vezes

necessidades de ajustar, adicionar ou remover projetos ou então alterar os orçamentos previstos conforme as prioridades e os desafios que vão sendo encontrados.-----

O Senhor Presidente pode explicar o que está aqui em causa por favor.”-----

O **Presidente da Câmara** detalhou que “quando nós aprovamos o orçamento da Câmara estávamos limitados pelo valor da escola secundária e o orçamento não permitiu nós colocarmos lá efetivamente aquilo que eram as nossas condições para o apoio aos cidadãos nas várias Freguesias.-----

Informar-vos também que foi pedida a nulidade do contrato da escola tendo em atenção que nunca poderia ter sido lançado um concurso sem ter o documento do risco sísmico porque ele é obrigatório desde 2017. Nesse sentido, solicitámos a nulidade do contrato e aguardaremos agora para ver o resultado, mas com essa solicitação já é retirado do orçamento esse valor e a acrescer ao excedente orçamental que o Senhor deputado Francisco Abreu falou, permite-nos naturalmente flexibilizar aqui um pouco mais de obra daquilo que estava previsto, no entanto, temos um problema, neste momento já estamos em abril, quase a chegar a maio e grande parte das obras, como não têm projeto, nós vamos ter grande parte das obras que aí estão em orçamento, são praticamente para a execução de projetos porque não vamos ter o tempo suficiente para as executar até ao final.-----

Tentamos colocar em cada uma das Freguesias algumas obras que posso enunciar, mas acho que a hora já vai bastante longa e prefiro ficar com as perguntas que os Senhores deputados tiverem. Aquilo que é o nosso programa, ~~que~~ tem sempre um objetivo muito concreto e no global das Grandes Opções do Plano o nosso programa tem a ver com investimento, sempre com vista à melhoria das condições dos cidadãos e com vista ao aumento daquilo que é o rendimento dos empresários do concelho. Todo o nosso foco vai nesse sentido, redução significativa dos gastos naquilo que são as festas e efetivamente as festas são praticamente as mesmas, claro que já acrescentamos a noite medieval e para o ano vamos ter Feira Medieval, por isso temos que fazer mais algumas inovações e há outras que vamos fazer também, naturalmente, mas vamos reduzir significativamente o valor gasto nas mesmas festas, principalmente na FACAL, onde vai ser muito significativa a redução.-----

Nesse sentido, estas são as grandes opções do plano que colocamos para aprovação e têm com vista aquilo que já vos disse.-----

No que concerne à Escola Secundária, explicar-vos que o que se pretende e está a ser negociado com o Senhor Ministro da Educação, que já cá esteve no outro dia, já lá fomos falar com ele, já cá mandou também engenheiros e arquitetos para estudarem a construção de uma escola nova, para a qual temos que adquirir o terreno, mas esse está tudo tratado. Também a aquisição do terreno está em processo, mas a par disto, está a ser feito um projeto da escola, para a escola que nós precisamos, onde por proposta do Senhor Ministro vai ser logo preparado, não sei se executado, uma nova EB1, porque também não ficaremos só pela Escola mas pelo Agrupamento de Escolas e juntaremos as duas escolas, nesse sentido, acho que essa é a grande obra que pretendemos e que é emergente. A construção da Creche inicia-se, como eu disse, no próximo dia 4, vamos ver se a empresa consegue, a mesma empresa tem a Rua do Algarve e o parque de estacionamento a fazer e vamos ver se a empresa consegue ter trabalhadores para fazer face a estas duas grandes obras, tendo em atenção que temos alguma urgência nas duas, sendo que a Creche não é financiada, a outra é financiada, sendo financiada pelo 20/30 não podemos deixar que ele termine mas também não queremos que a obra da Creche atrase, entregar a uma só empresa tantas obras às vezes tem esse risco.-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Continuando, a Presidente da Assembleia, em cumprimento das disposições da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual

redação, colocou a matéria à votação a tendo a Assembleia Municipal por **maioria**, com 12 votos a favor (PSD/UPF), 11 abstenções (PS) **deliberado, aprovar a 1.ª Revisão as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício Económico de 2026**, que visa a integração do saldo da gerência de operações orçamentais de 2025, **no valor de €4.257.045,18** (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quarenta e cinco euros e dezoito cêntimos) em conformidade com o estabelecido no ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP e dos pontos 8.3.13 e 8.3.1.4 do POCAL. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O deputado Ruben Maia, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

“A nossa declaração de voto vai no sentido da nossa abstenção e clarificar que: -----

A apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2026 constitui sempre um momento central da vida política do nosso concelho, refletindo não apenas escolhas técnicas, mas, sobretudo, opções políticas claras quanto ao rumo que se pretende seguir. -----

Importa sublinhar que, no decurso deste processo, o Partido Socialista apresentou um conjunto de propostas e contributos que visavam reforçar a ambição, a justiça social e a coesão territorial deste documento. Registamos que, após a sua revisão, algumas dessas propostas foram acolhidas pelo Executivo, demonstrando que o diálogo institucional e o contributo responsável da oposição podem produzir resultados concretos em benefício da população. -----

Contudo, não podemos deixar de assinalar que persistem divergências relevantes quanto a opções estruturantes deste plano orçamental. Continuamos a considerar que falta maior definição em áreas estratégicas para o desenvolvimento do concelho, bem como uma clarificação mais objetiva das prioridades, capaz de responder de forma efetiva aos desafios sociais, económicos e demográficos que enfrentamos. -----

Acresce que subsistem dúvidas quanto à capacidade de execução de algumas das medidas propostas e à consistência de determinadas opções financeiras, aspetos que, no nosso entendimento, exigem maior prudência e rigor. -----

Ainda assim, reconhecemos que este documento incorpora medidas positivas e investimentos que vão ao encontro das necessidades sentidas pela população, algumas delas resultantes precisamente das propostas apresentadas pelo Partido Socialista. -----

Neste quadro, e numa postura de responsabilidade política, optamos pela abstenção. Uma abstenção que não é de indiferença, mas antes de exigência: exigência de maior ambição, de maior clareza e de melhores respostas para o futuro do nosso concelho. -----

Reafirmamos o nosso compromisso de continuar a intervir de forma construtiva, acompanhando a execução deste plano e apresentando propostas que coloquem sempre em primeiro lugar o interesse público e o bem-estar das nossas populações. -----

Almodôvar deve continuar a evoluir, a desenvolver-se e a crescer de forma equilibrada e sustentável.” -----

C.3 - APECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 E RESPECTIVOS ANEXOS: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e aclarou que “este é um processo formal típico da administração pública local onde se analisa e vota a primeira modificação que é feita ao plano dos recursos humanos definido para o ano de 2026. ----

Este procedimento tem como objetivo reajustar o número de postos de trabalho carreiras ou categorias funcionais necessárias para o bom funcionamento dos serviços de acordo com aquilo que são as necessidades atuais, após a aprovação inicial do mapa do final do ano anterior. -----

Senhor Presidente passo-lhe a palavra.” -----

O **Presidente da Câmara** explicou que esta “primeira alteração do Mapa de Pessoal é única e exclusivamente reiterada pela alteração à Estrutura Orgânica que nós tivemos e da qual aparecem mais Chefes de Divisão e Chefes de Unidade de 3.º nível e foram também aqui alteradas 3 questões muito concretas ainda nesse mesmo documento e que são relacionadas exclusivamente com a criação de um Serviço Internacional portanto, de apoio àquilo que são as ligações com o estrangeiro, nas várias ligações que tem. Há substituição de uma Divisão, numa Unidade Orgânica, na Ação Social, face ao reduzido número de trabalhadores que estavam nessa mesma Divisão e é com base nessa situação que tem esta aprovação do quadro de pessoal e alterando as grandes opções do plano e alterando toda a estrutura da Câmara tem naturalmente que vir aqui a votação do quadro de pessoal.-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a **Proposta n.º 46/2026** à votação, tendo a Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, por **maioria**, com 12 votos a favor (PSD/UPF) e 11 abstenções (PS) **deliberado**:-----

Aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2026, bem como os demais documentos que o integram, (Mapa descritivo da caracterização dos postos de trabalho a criar e respetiva proposta de alteração ao Plano de Recrutamento Autorizado para 2026), cujos originais se encontram arquivados na Câmara Municipal e que aqui se dão como totalmente reproduzidos.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

O deputado Tiago Encarnação em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“A presente declaração de voto visa fundamentar a posição assumida relativamente à proposta de reorganização dos serviços municipais. Embora reconheçamos a legitimidade de qualquer executivo para organizar a sua estrutura de trabalho, não podemos deixar de apontar aspetos que nos suscitem sérias reservas quanto à eficiência e ao rigor desta reforma.-----

a) No que diz respeito ao peso da estrutura e a gestão de recursos-----

A transição de uma estrutura de 3 divisões e 1 unidade orgânica para 6 divisões e 2 unidades orgânicas representa uma expansão considerável da máquina administrativa.

Há pouco no ponto C.1 a deputada do PSD mencionou este ponto relativamente à máquina administrativa -----

Este aumento do número de cargos dirigentes implica um impacto financeiro direto, com vencimentos base na ordem dos 2.928,92€ e 2.679,17€, respetivamente, o que exige um escrutínio apertado.-----

Uma observação: Sabemos que no curto prazo, será difícil medir o retorno desta despesa, mas estaremos atentos para perceber se este novo mapa de pessoal da governação do PSD se traduzirá, de facto, numa melhoria do serviço prestado ao cidadão ou apenas num aumento da despesa corrente.-----

b) Existem ainda incoerências e falta de planeamento técnico -----

Alguns exemplos desta reorganização revelam uma aparente falta de critérios técnicos em favor de decisões discricionárias:-----

Proteção Civil: O processo de afastamento e posterior readmissão do técnico superior responsável, justificado por decisões classificadas como "prematuras",

demonstra uma gestão por impulso. A correção do erro um mês depois sugere uma ausência de planeamento rigoroso.-----

Contratação Pública: A criação de uma divisão autónoma nesta área, retirando-a da esfera Administrativa e Financeira, fragmenta processos que devem ser integrados para garantir o máximo controlo e transparência.-----

c) Por fim, mas não menos importante, os critérios de nomeação e liderança:-----

Preocupa-nos que a meritocracia e a avaliação de desempenho pareçam ter sido secundarizadas perante a vontade política direta. Podem-nos dizer que tal situação acontece em todas as governações, mas cabe a nós no papel de oposição realçar a mudança agreste e sem transparência feita neste ponto.-----

Em áreas sensíveis como Obras, Gestão Territorial e Intervenção Social, assistimos a mudanças de chefia onde o critério técnico parece ter sido substituído pela afirmação de autoridade pessoal.-----

Na Educação, a criação de novas unidades orgânicas não deve servir como mecanismo de recompensa por proximidade política ou envolvimento em campanhas, sob pena de descredibilizar a função pública.-----

Em suma, entendemos que esta reorganização, tal como apresentada, foca-se mais na centralização do poder decisório e na multiplicação de lugares de chefia do que na modernização real dos serviços.-----

A nota justificativa fala em "alinhamento estratégico", mas os factos apontam para uma crescente politização da máquina municipal e para uma instabilidade interna que não beneficia o concelho. Por estas razões, a nossa posição reflete a necessidade de exigir maior transparência, rigor financeiro e a prevalência do mérito sobre a conveniência política."-----

C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS RELATIVOS À RESIALENTEJO, E.I.M.:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria.-----

Usando a palavra ao **Presidente da Câmara** disse que "é muito simples, faz parte do aumento de capital que a RESIALENTEJO, precisa de fazer, nós somos associados da RESIALENTEJO, com esse aumento de capital há necessidade de nós também investirmos nesse aumento de capital.-----

O aumento de capital é sempre feito com base no número de habitantes, nós como reduzimos sensivelmente o número de habitantes desde a última revisão orçamental, houve uma alteração penso que de 0,4 ou 0,5 % do peso que nós passamos a ter a menos na RESIALENTEJO, mesmo assim temos que fazer o investimento naturalmente no pagamento deste aumento de capital desta empresa que é da CIMBAL.-----

Penso que esclareci, é mesmo só isto. E tem de vir à Assembleia porque é um aumento da nossa capacidade naquela empresa.-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia para os efeitos do previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, colocou à votação a Proposta n.º 42/2026, tendo a Assembleia Municipal **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF) **deliberado**:-----

1.º - Aprovar a operação de aumento de capital social em espécie da empresa RESIALENTEJO - Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., por incorporação dos créditos de TGR cobrada em excesso aos municípios até ao valor total limite de

1.200.000€ a concretizar em 2026, na proporção das contribuições de TGR efetuadas por cada município nesse período; -----

2.º - Aprovar a proposta de alteração ao Artigo 17.º dos Estatutos da RESIALENTEJO- Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., resultante da alteração às proporções de cada município; -----

3.º - Aprovar que seja **assegurada a notificação** à RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M. da deliberação que recair sobre a proposta n.º 42/2026.

C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A LISTA DOS JUÍZES SOCIAIS QUE IRÃO INTERVIR NAS CAUSAS DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE MENORES:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e aclarou:

“Sobre este ponto recorde este é um processo administrativo que foi conduzido pela Câmara Municipal para selecionar e aprovar cidadãos qualificados para auxiliar os juízes de direito. -----

Estes juízes sociais são nomeados por dois anos e intervêm em processos de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e em processos tutelares educativos, são cidadãos que se inscreveram e obedecem a determinados requisitos irão ter como funções participarem em debates judiciais. -----

Senhor Presidente pretende acrescentar algo?” -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que “não, vocês têm o documento, isto foi no seguimento de uma candidatura que houve e efetivamente foram aceites todas as pessoas que se candidataram e que estavam dentro dos requisitos, os que foram retirados é porque não estão no concelho e penso que uma pessoa que não entregou o registo criminal, penso que foram os que foram retirados.” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado uma inscrição por parte do **deputado Francisco Abreu** que referiu o seguinte: só muito rapidamente e dando já indicação que o nosso sentido de voto que iremos votar favoravelmente porque temos total confiança nas pessoas que estão para integrar esta lista qualquer um deles é merecedor da nossa total confiança. -----

Face ao exposto, a **Assembleia Municipal**, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, **por unanimidade, deliberou aprovar a lista dos candidatos a Juízes Sociais** para intervir nas causas da competência do Tribunal Judicial da Comarca de Beja - Juízo de Competência Genérica de Almodôvar, para o biénio 2026/2027. -----

Questionados sobre se haveriam declarações de voto, nenhum deputado se manifestou.-----

Considerando que a ordem de trabalhos era extensa, a Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário se aceitavam fazer um intervalo de 5 minutos, a que todos anuíram.-----

FOI FEITO UM INTERVALO DE 5 MINUTOS -----

C.6 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA À ATRIBUIÇÃO DO ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFES DE DIVISÃO:-----

Após o regresso do intervalo, a **Presidente da Assembleia Municipal** de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre o Ponto C.6. -----

O **Presidente da Câmara** explicou “temos mais Chefes de Divisão logo têm que ser colocados os abonos que os mesmos têm direito, é isso que vem aqui para aprovação. ---

Houve 2 Chefes de Divisão que foram reconduzidos portanto não têm que ser aprovados porque já tinham sido aprovados em reunião anterior. -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**:-----

1.º - Aprovar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **a atribuição do abono de despesas de representação**, bem como das **respetivas atualizações anuais**, nos montantes fixados para o pessoal dirigente da Administração Central, aos titulares dos cargos de direção intermedia de 2.º grau que venham a ser oportunamente designados, com efeitos à data das respetivas nomeações, em regime de substituição, nos termos exarados na Proposta n.º 41/2026; -----

2.º - Aprovar, que seja **mantida a atribuição do abono de despesas de representação** às atuais titulares do cargo de direção intermedia de 2.º grau da Divisão Administrativa e Financeira e Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, com efeitos a partir de 1 de abril de 2026. -----

C.7 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADES DE TRANSPORTE, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E A CIMBAL: -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** deu início a este ponto e elucidou: “Isto é uma minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências e financiamento, um documento que estabelece os termos legais, técnicos e financeiros pelos quais o município transfere parcial ou totalmente as suas atribuições como autoridade de transportes para a CIMBAL.-----

Senhor Presidente quer fazer uma introdução?” -----

O **Presidente da Câmara** explicou que “já vem do antecedente, vem agora à Assembleia porque efetivamente determinou-se, já ouviram com certeza falar do Linis portanto da utilização dos táxis para o transporte de algumas rotas que foram definidas pelo executivo anterior, que não estavam ainda com transporte público e foi criado o Linis e, com base nisso, foi feito um contrato pela CIMBAL, um contrato de adjudicação a uma empresa para gerir a plataforma e para gerir tudo e, naturalmente, nós temos que contribuir com a nossa parte de acordo com as rotas que foram definidas para Almodôvar e temos que pagar à CIMBAL o valor correspondente no âmbito desse contrato e ele tem de ser aprovado aqui na Assembleia Municipal.”-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados municipais Rui Guerreiro, Orlando Rodrigues e Marisa Pereira. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Rui Guerreiro** que referiu o seguinte:-----

“O LINIS – Transporte Flexível do Baixo Alentejo, promovido pela CIMBAL em parceria com os municípios, apresenta-se como uma solução relevante para reforçar a mobilidade na nossa região, quer ao nível intra-concelhio, quer na ligação intermunicipal. -----

Registamos que o Município de Almodôvar procedeu à divulgação, através das redes sociais, e bem, das rotas internas no concelho, as quais contribuirão, certamente, para responder a algumas das necessidades já identificadas. -----

Ao nível intermunicipal, importa salientar positivamente a ligação à Funcheira. Não resolvendo, por si só, o défice significativo de ligações de transporte público para Lisboa e para o Algarve, representa, ainda assim, um contributo importante — sobretudo para a população estudantil.-----

Contudo, a bancada do Partido Socialista verifica que, apesar de o serviço se encontrar disponível desde o passado dia 1 de abril, a população ainda não dispõe de informação clara e suficiente sobre esta componente intermunicipal. -----

Vou realçar sobre esta componente intermunicipal -----

Nesse sentido, sugerimos o reforço da sua divulgação, à semelhança do que já foi feito por municípios como Castro Verde e Ourique, com especial enfoque no modo de funcionamento do serviço. -----

Algumas pessoas que foram sabendo, eu hoje contactei algumas pessoas e falei e não sabiam, inclusive têm filhos a estudar e no fim-de-semana por acaso eu fui levar a minha filha à Funcheira e as pessoas não sabiam, estavam lá pessoas de Almodôvar. -----

Importa, designadamente, esclarecer que as marcações podem ser efetuadas através do número 300 079 000, até às 12h00 do dia anterior. O serviço é assegurado, à sexta-feira, a partir da Funcheira, no comboio das 20h30, com passagem por Castro Verde e paragem no Rosário. Ao domingo, a ligação realiza-se a partir de Almodôvar, junto ao Lar da Misericórdia, igualmente com paragem no Rosário, chegando à Funcheira pelas 19h45. O transporte é efetuado em regime de táxi partilhado, como o Senhor Presidente já disse.”-----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Orlando Rodrigues** que referiu o seguinte: -----

“Quando da reunião que tivemos online com a Autoridade dos Transportes referi que havia as paragens ao longo do percurso e que havia uma que não estava contemplada que era os Moinhos de Vento.-----

Havia sim uma paragem em Santa Clara, Gomes Aires, Sinceira e os Moinhos de Vento não estavam contemplados. -----

Intervim na reunião, fiz um email a referir essa paragem e até à data não recebi qualquer esclarecimento sobre isso.” -----

A **deputada Marisa Pereira** no uso da palavra, disse que “gostaria de ver esclarecida a população da Senhora da Graça dos Padrões e também ficar a saber porquê que a nossa Freguesia não foi contemplada com o programa Linis. Não tenho nenhum esclarecimento e esse respeito e queríamos saber, as pessoas perguntam porquê que ficamos de fora e se ainda há possibilidade de integrar esse projeto porque também temos algumas dificuldades e há pessoas que manifestam essa vontade em usufruir desse serviço.” -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que “no que concerne às Intermunicipais efetivamente não houve o esclarecimento porque aquilo veio já depois, por minha proposta pouco antes da assinatura do contrato por isso é que não vem na divulgação, de qualquer maneira todas as pessoas devem receber nas suas casa um folhetozinho da Linis, que é da responsabilidade da empresa que nós estamos a pagar, e está lá o número de telefone e pode-se conseguir mas, naturalmente a ideia é boa, é colocar nas nossas redes sociais também temos essa ligação intermunicipal não é só as outras ligações.-----

Com respeito ao que o Presidente da Junta efetivamente referiu vou tentar contactar a entidade, isso não passa por nós, é pela entidade de gestão, vou tentar perceber qual é o justificativo de ainda não terem feito resposta porquê. -----

(falaram sem microfone é impercetível)

Senhora deputada e representante da Junta de Freguesia da Graça dos Padrões, as rotas foram definidas pelo executivo anterior eu já não fui a tempo porque efetivamente verifiquei que a Caiada embora só tendo lá 2 famílias não estava contemplada e a Graça também não estava contemplada. -----

No que concerne a este contrato já foi fechado, agora com a assinatura do contrato que estamos aqui a aprovar poderá haver de seguida a inclusão mas terá de ser o município a pagar já não é incluído no contrato, são eles a gerir na mesma mas somos nós a pagar, vou tentar depois nessa altura colmatar algumas falhas que houve nas rotas e que naturalmente há sempre falhas nas rotas, como é natural não conseguimos fazer tudo de uma vez.” -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta n.º 54/2026 à votação, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**: -----

1.º - Aprovar as cláusulas constantes da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo das Competências de Autoridades de Transportes, a celebrar entre os Municípios que integram a CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, e onde se integra o Município de Almodôvar, e a CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, tendo em vista a consagração de critérios para a repartição dos encargos relacionados com a celebração de um contrato de exploração de serviço público de transporte de passageiros no território do Baixo Alentejo para o período de 2027 a 2035 (8 anos), e que constituirá uma Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Almodôvar e a CIMBAL em 28 de junho de 2019, e **AUTORIZAR**: -----

a) **A respetiva celebração**, nos termos do Artigo 25.º n.º 1 alínea k) do Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

b) **A repartição dos encargos plurianuais máximos estimados a assumir pelo Município**, de harmonia com o artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e quadro seguinte: -----

Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	Ano 06	Ano 07	Ano 08
49 309,15 €	50 295,33 €	51 301,24 €	52 327,26 €	53 373,81 €	54 441,29 €	55 530,11 €	56 640,71 €

NOTA: Acresce o IVA à Taxa legal em vigor

2.º - Conferir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal os poderes necessários para **outorgar** o referido Contrato Interadministrativo. -----

C.8 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DO RESPETIVO REGIMENTO:-----

A **Presidente da Assembleia Municipal** deu início a este ponto e elucidou que “esta comissão é um órgão consultivo criado para promover a articulação, uma troca de informações e cooperação entre várias entidades, Município, GNR, Transportes, entre outros e, o objetivo principal é diagnosticar e propor soluções para os problemas de trânsito. -----

Senhor Presidente pretende acrescentar algo? -----

O **Presidente da Câmara** referiu que “pouco mais há a dizer, efetivamente é consultivo, é o órgão que depois emite atas e com base nessas atas que se fazem algumas alterações mais justificadas, no âmbito daquilo que é a movimentação, onde se fala por exemplo dos camiões na estrada de São Barnabé, onde se fala inclusivamente da retirada dos pesados dentro do centro da vila e de inclusão inclusivamente de algumas técnicas de redução de velocidade nalguns sítios, isto é discutido porque lá estão os

Bombeiros, está a GNR, estão as Juntas de Freguesia, está a Câmara e estão outras entidades, estão os táxis também entre outras entidades que podem ser consultadas. ----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta n.º 35/2026 à votação, tendo a Assembleia Municipal, nos termos da competência que lhe está cometida por força da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**:-----

1.º - Aprovar a criação da Comissão Municipal de Trânsito, bem como o respetivo **Regimento**; -----

2.º - Que seja dado conhecimento do teor da presente deliberação à **Câmara Municipal** com vista a serem adotados todos os procedimentos necessários para cumprimento da mesma. -----

C.9 - DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO DE CADA BANCADA E SEUS SUBSTITUTOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO:-----

Prosseguindo, a Presidente da Assembleia disse que “após termos votado esta constituição vamos agora garantir que todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal tenham voz na análise dos problemas de trânsito, portanto, solicito aos 2 representantes das bancadas que apresentem então os nomes que devem indicar.” -----

Tomou a palavra o **deputado Francisco Abreu** que disse “da parte do Partido Socialista propomos o nome do Senhor deputado Ruben Maia como efetivo e o nome do Senhor deputado Francisco Abreu como suplente.”-----

Seguidamente a **deputada Ana Guerreiro** por parte da Bancada do Partido Social Democrata propôs o nome da Senhora deputada Marta Tomé como efetiva e o nome do Senhor deputado Bernardo Delgado como suplente.” -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberou**:-----

1.º - Designar como representantes da Assembleia na **Comissão Municipal de Trânsito**, os seguintes autarcas:-----

- A deputada **Marta Isabel Moreira Baroa David Tomé**, substituída nas suas faltas e impedimentos pelo deputado **Bernardo Pereira Delgado** e o deputado **Ruben Tiago Ribeiro Maia**, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo deputado **Francisco Manuel Valadas Abreu**.-----

2.º - Aprovar que a presente proposta seja remetida à **Câmara Municipal**, para conhecimento e demais diligências que se afigurem como necessárias. -----

C.10 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO:-----

A **Presidente da Assembleia** informou que houve um lapso na interpretação da constituição desta Comissão sendo que todos os Presidentes de Junta têm já lugar na Comissão de Trânsito, na sua constituição legal.-----

Face a este facto este ponto tem de ser retirado da ordem de trabalhos porque não faz sentido já que todos os Presidentes de Junta têm inerência e têm lugar nesta Comissão Municipal de Trânsito.-----

A Assembleia **por unanimidade** aprovou que o **PONTO FOSSE RETIRADO DA ORDEM DO DIA**-----

C.11 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL COM VISTA À ANÁLISE DA INSUFICIÊNCIA DA REDE DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO CONCELHO DE ALMODÔVAR E APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA O REFORÇO DAS LIGAÇÕES DO EXPRESSO A LISBOA E CRIAÇÃO DE LIGAÇÕES A BEJA, ÉVORA E FARO:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos esclarecendo que este ponto da ordem de trabalhos foi uma sugestão da bancada do Partido Socialista pelo que pergunta à mesma se pretende esclarecer qual é o intuito desta Comissão.-----

No uso da palavra o **deputado Rui Guerreiro** aclarou o seguinte:-----

“Como há pouco foi dito pelo Prof. Francisco Abreu em reunião que tivemos há algum tempo atrás por proposta da Senhora Presidente da Assembleia discutimos alguns assuntos e dissemos que realmente na sequência da minha intervenção no Rosário gostávamos de ver efetivado uma Comissão, que houve aceitação, e pareceu-nos que fazia todo o sentido criarmos uma Comissão para trabalhar em conjunto, as duas bancadas, e avaliar todas as possibilidades e produzirmos um documento que depois fosse entregue à Câmara Municipal no sentido de pelo menos arranjar formas ou tentativas de se chegar junto das empresas que fazem transportes públicos para solucionar esta situação que acaba por nos afetar em muito, a vários níveis. Nós pensamos normalmente nos estudantes mas também a nível económico, a nível turístico, nós realmente estamos muito limitados não fazendo sentido que sendo o concelho mais a sul do Alentejo e não ter nenhuma ligação sequer a Faro e para além disso a capital de distrito, não temos um expresso para Évora não há um expresso daqui de Almodôvar e certamente há soluções que já estão algumas mais, ou menos avaliadas mas há muitas outras variantes que podemos estudar e certamente produzir um documento que seja válido é um contributo desta Assembleia é um contributo e certamente pelo que me dá parecer inclusive na Assembleia do Rosário há vontade também a Câmara interceder, já tem algumas ideias mas isto será um reforço e uma colaboração para que se resolva esse handicap que é quase crónico aqui e todos falamos mas nunca se chegou realmente a bom porto e com um bom esforço e com uma boa união e com uma boa estratégia algum fruto poderá vir, é uma tentativa pelo menos nesse sentido e daí a nossa proposta articulada de certa forma.-----

Parece-me que depois com o documento que vos chegou está lá mais detalhado o que se pretende e a forma de o conseguir. -----

A situação em concreto é que nós falamos na criação de uma comissão mas houve aí um pormenor que nos faltou quem compõe essa comissão, quantos elementos é que são, a ideia era estarem todas as bancadas representadas e a nossa proposta é que sejam 2 elementos de cada bancada e mais o representante ou a representante conforme dos independentes também seriam 5 pessoas. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu que “essa questão de facto está na proposta e não veio aqui hoje porque precisamente estabelecia que esta representatividade e a composição seria posteriormente determinada nessa senda e não havendo declaração por parte das bancadas para fazer esta análise imediata o que eu propunha é que na próxima assembleia fossem então designados os elementos e entretanto as bancadas pensassem quem gostariam que integrasse esta comissão.-----

Findas as intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado:**-----

1.º - Aprovar a constituição de uma **Comissão Eventual** com vista à análise da insuficiência da rede de transportes rodoviários no concelho de Almodôvar e apresentação

de soluções para o reforço das ligações do expresso a Lisboa e criação de ligações a Beja, Évora e Faro; -----

2.º - Aprovar que a Comissão seja composta por representantes das bancadas com assento na Assembleia Municipal, garantindo a respetiva proporcionalidade, bem como por representantes da Câmara Municipal de Almodôvar; -----

3.º - Aprovar que a designação nominal dos membros da comissão seja efetuada por cada bancada e pela Câmara Municipal, **no prazo máximo de 10 dias** após a presente deliberação; -----

4.º - Aprovar que a Comissão tenha como competências:-----

- Proceder ao levantamento e análise da oferta atual de transportes rodoviários, incluindo a comparação com concelhos vizinhos; -----

- Avaliar a procura potencial, designadamente ao nível de estudantes, trabalhadores deslocados e outros utilizadores; -----

- Identificar soluções que permitam a reposição de ligações suprimidas, o reforço das ligações existentes e a criação de novas ligações estratégicas; -----

- Promover contactos institucionais com entidades competentes, nomeadamente com a Rede Expressos e outros operadores;-----

5.º - Aprovar que a Comissão apresente à Assembleia Municipal um relatório final com conclusões e **propostas no prazo de 90 dias** a contar da sua constituição; -----

6.º - Aprovar que o referido documento será remetido, posteriormente, à Câmara Municipal para as diligências consideradas necessárias. -----

C.12 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e referiu: -

“Aqui cabe-me um pouco a mim a apresentação deste projeto: esta Assembleia Municipal Jovem de Almodôvar não constitui apenas o cumprimento de uma meta pessoal nem sequer administrativa, é um ato de confiança profundo no valor da nossa juventude e no rejuvenescimento cívico da nossa terra. Nós estamos aqui para garantir que a voz dos jovens, tantas vezes audível mas nem sempre escutada, passe a integrar de forma orgânica estruturada e tecnicamente rigorosa os processos de decisão pública do nosso concelho. -----

Portanto esta Assembleia Municipal Jovem surge como uma resposta política e social a este diagnóstico que temos daquilo que é o nosso território envelhecimento demográfico, baixa densidade, a migração dos jovens, tentando criar e combater a apatia e transformado a juventude num agente fundamental de desenvolvimento sustentável.-----

Quero só referir que esta iniciativa assenta no pilar jurídico solido ancorando-se no artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, na Lei n.º 75/2013, o Regime Jurídico das Autarquias Locais e no recente Estatuto da Juventude, a Lei n.º 8/2023 é pois um dever democrático que hoje, espero eu, transformemos em realidade. -----

Esta Assembleia Municipal Jovem será um órgão consultivo e propositivo de participação cívica juvenil sem personalidade jurídica própria. -----

Tem aqui alguns princípios como a participação democrática, a inclusão e a não discriminação, transparência, igualdade de género respeito por diversidade e serviço ao interesse publico e -----

Com objetivos estratégicos: promover a participação ativa dos jovens, apresentar propostas e recomendações diretas à Câmara e à Assembleia Municipal, desenvolver projetos de impacto real na juventude do nosso concelho, consolidar-se como um interlocutor privilegiado entre os jovens e as instituições, reforçar a formação cívica e democrática dos seus membros, preparando aqueles que queremos que sejam os líderes de amanhã. -----

Portanto só dizer que em termos de composição e representatividade, a Assembleia Municipal Jovem pretende ser um espelho daquilo que será a diversidade do nosso território, será composta por 27 membros efetivos e 20 suplentes, abrangendo jovens dos 14 aos 18 anos que residam, estudem ou trabalhem no nosso concelho. -----
A ideia é termos então 18 representantes efetivos das escolas que vêm das turmas do 3.º ciclo, secundário e ensino profissional, do associativismo juvenil 2 representantes com a indicação pelas associações juvenis desportivas ou culturais registadas, juventudes partidárias, 1 jovem por força partidária com indicação pelas juventudes partidárias formalmente constituídas no nosso concelho, 3 candidaturas individuais porque podem existir jovens que não sendo delegados ou subdelegados nas turmas poderão querer integrar também esta Assembleia Municipal, vamos dar essas oportunidades e também haverá uma quota de inclusão de 2 elementos para a seleção de jovens em situação de vulnerabilidade que será depois admitido por júri técnico. ----

Se quiserem saber mais sobre o projeto terei todo o gosto em reencontrar-vos mais informação para não estar aqui com mais tempo. Deixo então à vossa deliberação este projeto. -----

Pergunto se alguém pretende fazer alguma intervenção relativamente a esta matéria.” -----

Inscreveram-se neste ponto os **deputados Francisco Abreu e Vítor Libânio**. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Francisco Abreu** que referiu o seguinte:-----

“Desde logo que é de louvar esta iniciativa, este empenho que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tem colocado na participação dos jovens e dizer desde logo que se deve logo desde o início incentivarem os jovens a terem mais atitude de colaboração, de partilha, de respeito, de responsabilidade cívica e afastar quaisquer indícios que possam aparecer de.. digamos obstáculos, para não ficar partidários que retirar completamente dos jovens essa opções que eles poderão efetivar. É realmente uma grande iniciativa, uma boa iniciativa e que nós certamente iremos apoiar e que iremos certamente acompanhar -----

Muito obrigada por esta iniciativa, muitos parabéns.-----

Seguidamente foi a vez do **deputado Vítor Libânio**, que proferiu o seguinte:-----

“Referente à Assembleia Jovem é com enorme satisfação e sentido renovado de compromisso que vejo esta assembleia. -----

Abrir as suas portas à vontade e à energia da nossa juventude-----

Trazer os jovens para o debate político não é apenas uma escolha estratégica é um imperativo democrático, dizemos frequentemente que os jovens são o futuro mas a verdade é que eles são o presente -----

Se queremos construir uma sociedade que lhes pertença temos que lhes dar voz hoje, temos que ter a humildade de ouvir os seus anseios, a coragem de discutir os seus projetos e acima de tudo a responsabilidade de lhe dar a oportunidade real de fazer escolhas, a política só faz sentido se for um espaço de construção coletiva por isso espero que este projeto seja um sucesso retumbante, que esta Assembleia Jovem seja o rastilho para os demais jovens se juntem a nós participem ativamente e tragam o seu olhar crítico.-----

Só com o vosso desenvolvimento, com a vossa irreverência e com o vosso contributo seremos capazes de edificar um futuro onde todos sem exceção tenham o seu lugar. A juventude não é o amanhã é o agora. Contamos convosco. O futuro começa nesta sala. ---

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou a matéria a votação, tendo a Assembleia Municipal, por **unanimidade**, com 23 votos a favor (PSD/PS/UPF), **deliberado**:-----

Aprovar as Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, nos termos apresentados, cujo original se encontra arquivado na Câmara Municipal e se dá aqui como reproduzido na íntegra. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu que “da minha parte agradeço este voto de confiança da Assembleia Municipal, prometo-vos que irei tudo fazer para que esta representatividade seja efetivamente na sua totalidade uma voz aos jovens naquilo que são as deliberações do seu futuro e é isso que nós pretendemos que eles também tenham, essa voz e, daquilo que depender de mim, agora começa um trabalho diferente que será reunir estes jovens todos e conto efetivamente com a vossa colaboração neste trabalho porque todos vocês serão importantes também neste caminho e conto com a vossa participação.-----

C.13 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A RENOVAÇÃO DE MANDATO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ DE ALMODÔVAR, QUE TERMINOU O SEU MANDATO NA CPCJ 28/02/2026:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início à epígrafe e disse que “este é um procedimento formal autárquico onde os deputados municipais analisam e votam a continuidade ou a substituição da pessoa designada para representar a Assembleia Municipal na Comissão e Proteção de Crianças e Jovens Local o mandato em questão terminou a 28 de fevereiro de 2026 hoje votaremos para decidir se o mandato é renovado por mais 3 anos ou se um novo representante é escolhido de acordo com aquilo que são as normas da CPCJ e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. --

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados municipais Francisco Abreu e Ivo Guerreiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Francisco Abreu**, que proferiu o seguinte: -----

“Relativamente a esta renovação e da pessoa em causa, -----

Na sequência do que foi referido na última sessão da Assembleia Municipal realizada no Rosário, no qual enalteçemos o empenho e o papel fundamental de todos os elementos envolvidos nesta Instituição, comissários e técnicos, somos de opinião que faz todo o sentido aprovarmos a renovação do mandato da comissária que agora sessou funções, a professora Maria Helena Martins Queiroz, bem como faria todo o sentido e seria de toda a justiça e merecedora do reconhecimento da nossa comunidade, de qualquer comunidade, a renovação do mandato de qualquer elemento que se predisponha a continuar a sua inestimável função e missão em Instituições desta natureza, que tem como principal missão a prevenção e proteção de crianças e jovens cuja segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral possam estar em risco. -----

Acresce o facto da professora Maria Helena Martins Queiroz ter formação profissional nesta área, e exercer efetivamente funções com crianças e jovens com as mais diversas problemáticas, para não termos a mínima dúvida em aprovarmos a renovação do seu mandato e lhe agradecermos o facto de ter manifestado disponibilidade para continuar nesta honrosa e nobre missão. Nós estamos-lhe muito gratos pelo facto da professora Maria Helena Martins Queiroz ter aceite continuar por mais um mandato como comissária na CPCJ de Almodôvar, a nossa comunidade certamente também lhe agradecerá e reconhecerá essa sua nobre decisão, assim como, e contamos com isso, todos os deputados municipais com assento nesta Assembleia. ----

Da nossa parte, e mais uma vez, obrigado Senhora professora Maria Helena Martins Queiroz, por ter acedido continuar a integrar a CPCJ de Almodôvar. Caso se concretize a renovação do seu mandato, como esperamos, desejamos-lhe as maiores felicidades e

sucesso nesta sua nobre missão, assim como a todos os outros elementos que integram a CPCJ de Almodôvar.-----

O sucesso da vossa missão é sinónimo do bem-estar das crianças e jovens da nossa comunidade ou da mitigação dos seus problemas.”-----

Tomou a palavra o **deputado Ivo Guerreiro** que referiu, “quanto a este ponto, a nossa bancada, tem a referir o seguinte, após as eleições houve mudanças no executivo e também na constituição da Assembleia Municipal, e por isso consideramos que o número de membros do PSD na Comissão da CPCJ deve ser diferente.-----

Neste momento, só temos um representante do PSD e o PS tem três, e face ao substancial aumento da nossa representatividade pensamos que deve haver mudanças nestes números, sendo que o justo será cada um dos partidos ter dois representantes na CPCJ.-----

Pelo exposto, friso que se os Senhores quiserem renovar agora o mandato desta representante vossa, recordem-se que aquando da nova votação dos membros que terminam os mandatos em Julho, terão de tirar um dos vossos membros, portanto penso que a reflexão deve ser feita por vocês ... deputados do PS.”-----

A **Presidente da Assembleia** esclareceu que face ao exposto, o que irão votar é a renovação do mandato da Senhora Maria Helena Martins Queiroz, como representante da Assembleia na CPCJ, isto é, os senhores deputados irão votar se a Assembleia concorda ou não concorda com a renovação do mandato deste membro.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia, colocou à votação, através de escrutínio secreto, o nome de Maria Helena Martins Queiroz, que foi aprovado por **maioria** com 16 votos SIM 02 votos NÃO e 05 votos em BRANCO, ficando assim renovado o seu 3.º mandato para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, como representante da Assembleia Municipal.-----

C.14 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que “a criação da Comissão Municipal de Proteção Civil leva a que efetivamente sejam incluídos lá representatividade da Junta de Freguesia não todas as juntas mas uma representatividade, nesse sentido, é colocada à Assembleia, de entre os Presidentes de Junta, quem é que são aqueles que se pretende efetivamente serem nomeados para essa Comissão.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** solicitou às bancadas que apresentassem as suas propostas.-----

Usando da palavra a **deputada Fátima Santana** proferiu o seguinte:-----

“Tinha aqui uma pequena introdução mas, o Senhor Presidente acabou por fazer a mesma portanto quanto ao ponto C.14, para eleger um Presidente de Junta de Freguesia e o seu substituto também ele Presidente da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, a bancada do PSD propõe à votação um nome do PS e outro do PSD.-----

Assim propomos:-----

Para membro efetivo a representar as Juntas de Freguesia do nosso concelho nesta Comissão, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, Senhor Orlando Rodrigues, pelo seu conhecimento enquanto Bombeiro que nesta matéria de proteção civil pode e

com certeza dará um excelente contributo, priorizando e tendo em consideração o seu mérito e a sua experiência e também a localização geográfica da sua Freguesia. -----

Para seu substituto propomos o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires Senhor Fábio Batista, não só pela localização geográfica da Freguesia de Gomes Aires, também ela com zona de serra mas, também, pela sua capacidade de prontidão e o seu vasto conhecimento geográfico de todas as outras Freguesias, não desprezando de forma alguma as capacidades de outros Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes.-----

Estes são os dois nomes que propomos aqui hoje a votação.”-----

Seguidamente, pediu a palavra ao **deputado Nelson Guerreiro** que referiu:-----

“Respondendo a questão que a deputada Fátima pôs -----

Exmo. líder da Bancada do PSD, Dr. Bernardo Delgado -----

Venho por este meio solicitar, com todo o respeito um esclarecimento relativamente há minha nomeação para integrar a Comissão na Área da Proteção Civil.-----

Havendo um consenso da Bancada do PS quanto à minha disponibilidade e tendo os requisitos necessários e nomeadamente a formação adequada e a experiência acumulada ao longo de 23 anos nas Brigadas de Emergência da Somincor, formações essas que passo a citar -----

-Formação em incêndios florestais, onde intervi por várias vezes, incêndio de grandes proporções na Corte Figueira Mendonça, no Concelho de Ourique mais propriamente Castro da Cola.-----

-Formação em incêndios urbanos tirado nos Sapadores de Lisboa, no quartel em Cheias.-----

-Formação em trabalhos em altura. -----

-Formação em matérias perigosas. -----

-Formação em TAT (Tripulante de ambulância e transporte.) -----

-Formação de DAE -----

-Formação em Socorrismo.-----

-Formação em acidentes com Multivitimas. -----

-Formação em desencarceramento. -----

-Formação em resgate mineiro. -----

Fui capitão de uma das equipas durante vários anos. 1 Particpei em competições internacionais onde ficamos por duas vezes em 1.º lugar, e uma em 3.º lugar.-----

Neste sentido, gostaria de compreender melhor os motivos que levaram à não concordância sobre a minha nomeação apresentada pelo líder da Bancada do PS.-----

Reitero que repense quanto à posição por si tomada, uma vez que vejo que não tinha conhecimento em relação à minha pessoa, aos meus conhecimentos, à minha postura enquanto ser humano e aos meus conhecimentos dentro da área que seriam uma mais valia para a proteção civil do nosso concelho. -----

Para provar que todos os factos que aqui divulguei não são meras balelas pergunte ao Vereador Fábio Eugénio. -----

Se é para criar divisão entre nos membros da Bancada do PS, pode tirar o "cavalinho da chuva" como se diz na gíria.”-----

(alguém falou mas é impercetível)

A **Presidente da Assembleia** referiu “Considerando que o deputado Bernardo Pereira não está presente, eu posso responder e friso que isto é uma questão que terá de ser vista internamente, porque foram propostos 2 nomes, a bancada do PSD considerou que devia estar um nome do PS e outro do PSD e por isso apresentamos esta lista.-----

Se os Senhores deputados do PS tiverem outra lista que queiram apresentar.”-----

(alguém falou mas é impercetível)

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que quis esclarecer “só dizer ao Senhor Presidente da Junta da Aldeia dos Fernandes que a Comissão Municipal de Proteção Civil não faz intervenções, é uma Comissão que só toma decisões, não faz mais nada, como disse que tinha mais tempo para fazer intervenções, informa que a Comissão Municipal de Proteção Civil reúne-se numa sala e toma decisões, não faz mais nada.-----

(alguém falou mas é impercetível) -----

Não tendo sido apresentadas mais listas, a **Presidente da Assembleia** esclareceu que deveriam votar **SIM** ou **NÃO** ou **Branco** na lista única apresentada pelo Partido Social Democrata.-----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação, através de escrutínio secreto, a lista apresentada pelo Partido Social Democrata, a qual **foi aprovada por maioria com 19 votos SIM 01 voto NÃO, 02 votos em Branco e 01 voto Nulo**, ficando eleito como **membro efetivo** o senhor Orlando Manuel Figueira Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova (PS) e como **membro suplente** o senhor Fábio Miguel Batista, Presidente da Junta de Freguesia do Gomes Aires (PSD), em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Almodôvar, na Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

Mais deliberou aprovar, que a presente proposta seja remetida à Câmara Municipal, para conhecimento e demais diligências que se afigurem como necessárias. -

C.15 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que este documento vai ser habitual e de acordo com a Lei é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal. -----

Perguntou ao Senhor Presidente se pretende prestar algum esclarecimento adicional antes de dar a palavra aos Senhores deputados municipais. -----

O **Presidente da Câmara** afirmou que “com o avançado da hora não se justifica estar a ler todos os compromissos, vocês receberam este documento quer a informação financeira quer o relatório de atividades. -----

A listagem de compromissos plurianuais é só uma informação, não é para votação, não sei se alguém tem algum esclarecimento adicional que possa fazer mas acho que não se justifica estar a ler os documentos, vocês receberam os documentos com a convocatória.-----

Proseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

C.16 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e perguntou ao Presidente da Câmara se quer desde já prestar algumas informações ou esclarecimentos sobre este

documento, ou se pretende fazê-lo apenas depois das intervenções dos senhores deputados ou das questões que lhe queiram colocar. -----

O Presidente da Câmara começou por explicar que “são exatamente os documentos que já tinha referido, são os 3 documentos que todos os deputados têm na sua posse se tiverem alguma dúvida tenho todo o gosto em esclarecer.” -----

A Assembleia Municipal **apreciou a informação** do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

EM TEMPO - APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO REGIMENTO: -----

Pedi a palavra o **deputado Francisco Abreu** e referiu “não alertei logo na altura mas acredito que pode não se ter apercebido mas de acordo com o Regimento, o artigo 33.º quando chegasse à meia-noite e trinta minutos a Senhora Presidente deveria ter consultado o plenário se poderíamos continuar. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu “tem toda a razão, não me apercebi da hora olhei agora para a hora quando falou, obrigada. -----

Pergunto agora ao plenário, uma vez que estamos no último ponto, peço desculpa mas não olhei mesmo à hora, e queria despachar os trabalhos, agora que estamos no último ponto permitem que demos continuidade e encerremos esta Assembleia nos próximos minutos? -----

A Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS, PSD,UPF), **deliberou aprovou a continuação dos trabalhos.** -----

Continuando, a **Presidente da Assembleia** disse: “da parte da nossa ordem de trabalhos estamos concluídos, da minha parte agradeço a vossa presença, a vossa paciência, foi uma Assembleia Municipal muito profícua e faço votos de que tenham um bom resto de semana deixando agora a Ata em Minuta para que seja lida. -----

C.17 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS, PSD,UPF). -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, era uma **hora e onze minutos**, do dia 28 de abril de 2026. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----